



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

**A SUBJETIVIDADE GAY NO CONTEXTO  
DA PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PEP-Sexual)**

**Nivaldo Barros Coelho**

**Brasília - DF**

**Julho/2013**



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

**A SUBJETIVIDADE GAY NO CONTEXTO  
DA PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PEP-Sexual)**

**Nivaldo Barros Coelho**

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Bacharelado em Psicologia.

Professor-orientador: Dr. José Bizerril

**Brasília - DF**

**Julho/2013**



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

## **Folha de avaliação**

**Autor: Nivaldo Barros Coelho**

**Título: A subjetividade gay no contexto  
da profilaxia pós-exposição (PEP-sexual)**

## **Banca Examinadora**

---

**Professor-Orientador: Dr. José Bizerril**

---

**Professora Dra. Tatiana Lionço**

---

**Professora Dra. Valeria Deusdará Mori**

**Brasília - DF**

**Julho/2013**

## RESUMO

O processo de construção da subjetividade do homem gay contemporâneo já foi objeto de várias pesquisas e as injunções da injúria, do armário e da heteronormatividade nesse processo também foram amplamente ressaltados em amplos estudos. O objetivo desta pesquisa é o estudo do impacto subjetivo do uso da PEP sexual por um casal homoafetivo sorodiscordante. Com a tendência da melhoria da assistência e da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e aids e a conseqüente maior expectativa de vida, o fenômeno da sorodiscordância tem se tornado mais comum e despertado na saúde pública uma série de desafios, como a ampliação do arsenal de propostas preventivas que atendam à nova situação dos casais sorodiscordantes, o próprio uso da PEP sexual e a garantia integral dos direitos reprodutivos dessa população. A profilaxia pós-exposição sexual, conhecida como PEP sexual, é oferecida no Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de prevenção após a relação sexual sem uso da camisinha. A medida visa reduzir o risco de transmissão do vírus da aids com uso de medicamentos antirretrovirais até 72 horas após a exposição ao risco. O uso de um instrumento de política pública de saúde como a PEP aqui abordada é apenas um pretexto para discutir a complexidade, riqueza e multiplicidade de processos de subjetivação a que os homens gays estão submetidos na sociedade. Mais do que conclusões prontas, a pesquisa aqui apresentada abre mais caminhos do que oferece respostas. E muitos dos atalhos aqui apontados apresentam aspectos provisórios e incompletos. São necessárias outras reflexões e outros desdobramentos de pesquisa para dar conta da abrangência não apenas do tema mais amplo da homossexualidade em toda a sua complexidade, como dos processos de subjetivação que a vivência homossexual traz. Esta monografia é uma tentativa de contribuir justamente para entender as implicações da experiência específica e pontual do uso da profilaxia pós-exposição sexual por parte de sujeitos homossexuais na construção da subjetividade desses sujeitos. O aprofundamento e ampliação das hipóteses aqui levantadas na área da subjetividade gay podem propiciar um panorama mais amplo das práticas e atitudes dessa comunidade, dando maiores subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas de combate à epidemia de aids. Procurou-se ampliar o conhecimento das implicações psicológicas dessa prática profilática dentro dos serviços de saúde do SUS, já que se trata de um estratégia ainda recente dentro da política nacional de prevenção ao HIV e aids e que pode subsidiar de forma conseqüente o combate ao alastramento da epidemia nesse público específico. Os temas aqui levantados podem servir como subsídio para a adoção de estratégias alternativas de garantias dos direitos sexuais dessas populações de maior vulnerabilidade ao HIV.

**Palavras-chave:** Risco. Medo. Subjetividade gay. Homossexualidade.

*Há pelo menos duas tarefas a cumprir nos albores da tua vida:  
reduzir cada vez mais o diâmetro do círculo que te contenha  
e verificar a todo instante se não ficaste escondido fora dele.*

Franz Kafka – Aforismos

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 7  |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....  | 12 |
| 1.1 TEORIA DA SUBJETIVIDADE .....                                       | 12 |
| 1.2 SUBJETIVIDADE GAY .....   | 20 |
| 1.3 HOMOFOBIA NO CONTEXTO BRASILEIRO .....                              | 22 |
| 1.4 A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT .....                                    | 28 |
| 1.5 EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO .....                                      | 33 |
| 1.6 CONTEXTO MACROSSOCIAL, A SUBJETIVIDADE NA MODERNIDADE LÍQUIDA ..... | 37 |
| 1.7 MEDO .....  | 39 |
| 1.8 CORPORALIDADE NA SUBJETIVIDADE GAY .....                            | 42 |
| 1.9 SOCIEDADE DE RISCO: SE JOGA! .....                                  | 45 |
| 2. METODOLOGIA .....  | 51 |
| 2.1 INSTRUMENTOS.....   | 53 |
| 3. PERCURSO .....   | 56 |
| 4. CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO .....                                       | 60 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 72 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                     | 75 |

## INTRODUÇÃO

O processo de construção da subjetividade do homem gay contemporâneo já foi objeto de várias pesquisas e as injunções da injúria, do armário e da heteronormatividade nesse processo também foram amplamente ressaltados em amplos estudos (por exemplo, ERIBON, 2008; BUTLER, 2000; SEDGWICK, 2007). O objetivo desta pesquisa é discutir os processos de construção de subjetividade gay masculina a partir da profilaxia pós-exposição sexual ao vírus HIV.

Conhecida como PEP sexual, a profilaxia pós-exposição sexual é oferecida no Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de prevenção após a relação sexual sem uso da camisinha. A medida visa reduzir o risco de transmissão do vírus da aids<sup>1</sup> com uso de medicamentos antirretrovirais até 72 horas após a exposição ao risco. A profilaxia é oferecida desde outubro de 2010 e beneficiou até o final de 2012 cerca de 3.000 usuários em todo o país.

O Ministério da Saúde aponta como uma das vantagens de adoção da estratégia de profilaxia sexual organizar o ingresso, no serviço de saúde, de pessoas expostas a situações de risco, de forma a promover o acesso a testagem, ao diagnóstico e ao aconselhamento para redução de vulnerabilidades e promoção de práticas seguras (BRASIL, 2008).

O atendimento inicial é feito por meio de acolhimento, aconselhamento e avaliação de risco de transmissão do HIV e oferta de testagem de diagnóstico por qualquer profissional de saúde capacitado. Isso pode ser realizado pelas equipes dentro dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e nos Serviços de Atendimento Especializado em HIV/Aids (SAE).

Como existe o limite de 72 horas para o início da PEP após a exposição de risco, recomendações (BRASIL, 2008) do Ministério da Saúde sugerem que nos horários em que esses serviços não estejam funcionando, o atendimento seja feito em serviços de urgência, devendo o SAE (Serviços de Atendimento Especializado em HIV/Aids ) ser a referência para acompanhamento do caso.

---

<sup>1</sup> Aids: [Abrev. do ingl. *Acquired Immunological Deficiency Syndrome*, 'síndrome de imunodeficiência adquirida'.], substantivo feminino, uso corrente no Brasil com letra minúscula e feminino, uso também grafado com letra maiúscula AIDS, (port.) SIDA. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

O tratamento indicado é feito com dois comprimidos a cada 12 horas da combinação dos antirretrovirais Zidovudina mais Lamivudina, conhecida com AZT + 3TC e um comprimido de Tenofovir ao dia, totalizando três comprimidos ao dia, por 28 dias.

A adoção da medida de profilaxia se deu devido ao panorama concentrado da epidemia de aids no Brasil. Enquanto a prevalência<sup>2</sup> do HIV entre a população geral de 15 a 49 anos é de 0,6%, em grupos específicos de pessoas que fazem uso de drogas injetáveis, gays, homens que fazem sexo com outros homens e profissionais do sexo essa prevalência é muito maior. Com esse cenário epidemiológico, um dos públicos alvos dos usuários da PEP Sexual nos serviços de saúde é o público gay.

O ponto de partida deste trabalho é que o uso desse mecanismo de prevenção à transmissão do vírus da aids pode ser tomado como um importante indicador da construção da subjetividade desses usuários. Assim, entenderemos como uma política pública de prevenção à transmissão do HIV pode participar da constituição dos modos de subjetivação gay.

A partir daí, a pesquisa procura investigar a construção dessa subjetividade contemporânea dentro de um contexto de medo, estímulo, excitação que tem o corpo e a sensação como marcas de orientação. E compreender os movimentos da subjetividade gay a partir da condição homossexual pautada pela homofobia e pela epistemologia do armário.

A relevância do tema justifica-se por uma série de fatores. Em termos de saúde pública, a questão da aids no Brasil, depois de 30 anos de epidemia apresenta-se de forma estabilizada na população geral e concentrada em patamares mais elevados em populações mais vulneráveis como gays e homens que fazem sexo com homens.

A prevalência do vírus da aids entre a população geral de 15 a 49 anos é de 0,6% desde 2004. Esse percentual sobe para 5,9% na população que faz uso de drogas, 10,5% entre gays, homens que fazem sexo com outros homens (HSH) e 5% nos profissionais de sexo (BRASIL, 2012).

A partir do reconhecimento de que existem vulnerabilidades específicas que continuam contribuindo para que esses grupos estejam mais suscetíveis à infecção,

---

<sup>2</sup> A prevalência é o número total de casos de uma doença, novos e antigos, existentes em um determinado local e período. A prevalência, como ideia de acúmulo, de estoque, indica a força com que subsiste a doença na população. Ministério da Saúde, 2005. Curso Básico de vigilância Epidemiológica – CBVE.



apresentando taxas de prevalência superiores às encontradas na população geral, o governo brasileiro formulou o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis. Tal plano está em consonância com as diretrizes estabelecidas no Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2008). O enfrentamento da epidemia de aids nesse público específico de gays e homens que fazem sexo com homens é portanto uma prioridade dentro do contexto da saúde pública no país.

A publicação da diretriz de uso da profilaxia pós-exposição ao HIV em outubro de 2010 é uma dessas ações e o estudo das implicações psicológicas dessa prática profilática dentro dos serviços de saúde do SUS é de suma importância não só como forma de combater o alastramento da epidemia, mas também como forma de subsidiar a adoções de melhores estratégias de garantias dos direitos sexuais dessas populações de maior vulnerabilidade ao HIV.

Trata-se ainda de uma estratégia que desde sua implantação vem provocando junto aos profissionais de saúde uma série de questionamentos éticos e morais que precisam ser discutidos. Dada a complexidade da medida e suas implicações em termos de resposta de saúde pública, torna-se relevante o estudo das especificidades de tal prática no contexto de gays e de homens que fazem sexo com homens.

A maior intensidade da epidemia de aids entre HSH e gays está associada às relações entre vulnerabilidade e homofobia e aos diferentes padrões de difusão da doença nesse grupo, sendo bastante relevantes as taxas de crescimento entre jovens, que, nesta categoria, apresentam médias superiores às encontradas em outros grupos populacionais na mesma faixa etária.

Segundo tendência observada em pesquisa junto aos conscritos – jovens que servem o exército brasileiro – realizada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) com jovens do sexo masculino, a prevalência de infecção pelo HIV na população HSH jovem aumentou entre 2002 e 2007, passando de 0,56% para 1,2%. Cabe destacar que a prevalência observada nos conscritos HSH é superior à prevalência observada na população total de conscritos (0,09% em 2002; 0,12% em 2007).

No último estudo realizado em conscritos, foram entrevistados cerca de 36 mil jovens do sexo masculino, entre 17 e 22 anos de idade, e os resultados apontam que cerca de 97% sabem que o uso do preservativo é a melhor maneira de se evitar a infecção pelo HIV. Nesta mesma pesquisa, com relação aos jovens HSH, um dado positivo é que eles tendem a usar 2,2 vezes mais o preservativo do que os jovens

heterossexuais. No entanto, esse uso não se mostra continuado quando o número de parceiros sexuais se multiplica (BRASIL, 2006).

Com relação à categoria de exposição dos casos de aids notificados nos sistemas de monitoramento do Ministério da Saúde em indivíduos do sexo masculino de 13 anos e mais de idade, observa-se que os jovens gays masculinos são ainda mais vulneráveis. Assim, entre homens na faixa etária de 15 a 24 anos, no mesmo período, houve aumento proporcional da categoria de exposição HSH, passando de 31,8% em 1998 para 46,4% em 2010 (BRASIL, 2012).

Isso apesar do conhecimento da população jovem sobre as formas de infecção pelo HIV ser alto, conforme os dois estudos realizados pelo Ministério da Saúde em 2007 e 2008, que abordam o comportamento da população brasileira em relação à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2011). Esta situação demanda mais investigações, pois evidencia que a mera informação sobre riscos de infecção não é suficiente para mudar as práticas sexuais, dependentes de lógicas culturais e subjetivas.

Em outra pesquisa realizada apenas com homossexuais, o uso do preservativo na última relação sexual com parceiro casual na população de jovens foi de 70,8%. Entretanto, quando se avalia o uso do preservativo em todas as relações sexuais nos últimos 12 meses com parceiro casual, esse percentual diminui para 54,3% (BRASIL, 2006).

Como a PEP-Sexual destina-se especificamente a profilaxia pós-exposição sexual, em que não houve uso de preservativos, a relevância dessa prática profilática na prevenção da transmissão do HIV entre esse público é primordial.

Esta monografia se estrutura a partir da discussão dos processos de construção de subjetividade dentro do universo gay nesse contexto particular da profilaxia pós-exposição sexual ao vírus HIV.

Na primeira parte, será apresentada a introdução, juntamente com a justificativa. Em seguida apresentaremos, os nove tópicos referentes à fundamentação teórica. Os capítulos teóricos se iniciam com uma apresentação da teoria da subjetividade desenvolvida pelo psicólogo cubano Fernando González Rey. Em seguida, abordaremos a construção da subjetividade gay, conforme abordagem de Didier Eribon (2008), um breve panorama da homofobia na sociedade brasileira, a contribuição de Foucault ao tema, a epistemologia do armário, o contexto macrossocial mais amplo da inserção da subjetividade gay no mundo contemporâneo. Nesse momento, procuraremos descrever

a inserção da subjetividade gay dentro do contexto mais amplo da vida líquida moderna (BAUMAN, 2008), orientada por ansiedade e medo, pelo estímulo e excitação que tem o corpo e a sensação como marcas de orientação (TÜRCKE, 2010). A seguir abordaremos o papel do medo, a corporalidade e o conceito de risco como elemento constitutivo da sociedade contemporânea pregado por Beck (1999, 2003). Na parte final, a metodologia, os instrumentos utilizados, a análise e a conclusão.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Para abordar a complexidade e diversidade de aspectos que concorrem para os sentidos subjetivos do uso da profilaxia pós-exposição sexual utilizamos do conceito de subjetividade, conforme abordagem desenvolvida dentro da epistemologia qualitativa por Fernando González Rey (2000a, 2000b, 2000c, 2003).

Por definição, trata-se de um sistema complexo e diversificado de significações e sentidos produzidos dentro de determinado contexto cultural. “Não é uma organização intrapsíquica que se esgota no indivíduo, mas um sistema aberto e em desenvolvimento que caracteriza também a constituição dos processos sociais” (GONZÁLEZ REY, 2005c, p. viii). Seu estudo permite abordar as expressões subjetivas mais complexas do sujeito, avançando na construção do conhecimento de forma a aproveitar nessa construção, as vias indiretas, os desvios e os implícitos do objeto de estudo (GONZÁLEZ REY, 2000).

Rey (2005c) entende a subjetividade como uma expressão da cultura. Ao mesmo tempo, que é fruto e parte constitutiva dela. Assim, a dimensão subjetiva de qualquer ação humana ocorre dentro da vida cultural, sendo constituída “no nível psicológico, por configurações de sentido e significação, que não são reguladas de forma direta pela ação de nenhum sistema externo, nem sequer pela mesma cultura em que aparecem” (GONZÁLEZ REY, 2005c, p. 12). O autor (2005c) destaca ainda dois polos essenciais na constituição da subjetividade: individual e social, que interagem reciprocamente ao longo de todo o processo de desenvolvimento.

A introdução da categoria subjetividade social é para ele uma forma de romper com a ideia arraigada na psicologia de que a subjetividade é um fenômeno intrapsíquico, apresentando-a como um sistema complexo de interação entre o social e o individual (GONZÁLEZ REY, 2003).

Não se trata também de uma categoria universal, seja em seus conteúdos seja em seus processos, mas um “núcleo dinâmico de organização” alimentando-se dos sentidos subjetivos mais diversos, originados em diferentes zonas da experiência social e individual (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 204).

Isso não significa que a constituição desse sujeito dentro da subjetividade social seja um processo universal, pelo contrário, será constituído pelas características dos espaços sociais em que o indivíduo está inserido, num processo diferenciado em que ambos têm um caráter ativo e de interação mútua (GONZÁLEZ REY, 2003).

González Rey considera a subjetividade social presente nas relações dos diversos grupos sociais no momento de seu funcionamento, sendo produzidos pelas diferentes contextos da vida social do sujeito. Aparece, dessa forma, constituída de forma diferenciada, de acordo a subjetividade individual de cada sujeito concreto. Assim, cada “subjetividade individual está atravessada de forma permanente pela subjetividade social” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 215).

E ressalta ainda que a categoria de subjetividade social possibilita uma forma de integração dos diferentes níveis de produção subjetiva, de maneira a ter acesso a zonas de conhecimento social que, “por sua complexidade e expressão indireta dos diferentes campos de atividade humana institucionalizados na produção do conhecimento psicológico, têm sido omitidos até hoje” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 217).

Assim,

*A condição do sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que o homem vive, no qual os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade de social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dinâmica processual permanente (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 206).*

A subjetividade individual não é um mero resultado do determinismo linear externo que operaria do social para o individual, mas sim constituída socialmente. Este processo de constituição se desenrola de forma simultânea, em interação constante entre o social e o individual: “o indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social, e simultaneamente, se constitui nela” (GONZÁLEZ REY, 2000, p. 37).

A subjetividade é para González Rey (2000) não apenas fruto da expressão de uma cultura, mas uma dimensão subjetiva que é constituída e surge dentro dessa cultura. A interação entre a subjetividade e cultura é não só complexa, mas também e principalmente, simultânea, pois a própria cultura é em si subjetiva.

Nesse contexto, a subjetividade é entendida como parte constitutiva não só do indivíduo, mas também das diferentes formas de organização social, não sendo considerada apenas um resultado subjetivo de processos externos, mas fruto de um processo complexo de apropriação da realidade e de sua subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2000)

Dessa forma, o sujeito é constituído por configurações subjetivas, ou seja, uma conjunção de sentidos que se integram de forma estável na experiência subjetiva do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2003). Essa estabilidade, no entanto, é passível de variação em alguns de seus sentidos constitutivos, pois dependem “do contexto e da qualidade da atividade ou forma de relação que se apresenta” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 256).

O espaço de subjetivação que se abre a partir daí não está definido antecipadamente, mas dependerá de todos os elementos envolvidos no processo e da “reflexividade e da produção de sentidos que caracterizem as posições do sujeito dentro desse espaço” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 257).

É importante ressaltar ainda que essas configurações subjetivas nem sempre são necessariamente conscientes. Se conscientemente produz representações que forjam sua subjetividade, essas mesmas representações são capazes de, em novas situações, criar sentidos e significações que tem por consequência o desenvolvimento de subjetividades além do que era intencionalmente e conscientemente esperado inicialmente, e que podem ser elementos tão ou mais importantes de sua constituição subjetiva. A situação desencadeada pelo uso da PEP sexual insere-se justamente como uma dessas situações novas, carregadas de sentido subjetivo, “não necessariamente consciente”, como lembra o autor.

É a condição de sujeito, como afirma González Rey (2003) que permite ao indivíduo romper com os limites impostos pelo contexto social, ao mesmo tempo, que o permite modificar esses limites por meio da geração de novas opções e configurações dentro do universo social em que se insere. Dessa forma, ele assume, cada vez mais, maiores responsabilidades dentro de sua experiência social, o que gera, por sua vez, novas configurações subjetivas resultado de uma teia complexa de experiências individuais.

Soma-se ao social e o individual, outro binômio equivalente e complementar; o histórico e o atual. Dessa confrontação,

*...aparecem situações em que se apresenta a necessidade de o sujeito se reconhecer a si mesmo dentro da situação, de delimitar seu espaço, o espaço em que se encontra a congruência consigo mesmo na situação que está enfrentando; esse é o momento em que aparece sua identidade, em que os elementos de sentido em jogo dentro da situação definem emoções que se evidenciam no sentido de identidade (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 263).*

Nesse contexto da subjetividade humana, González Rey (2003) lembra que as experiências, sentidos e significados de diferentes procedências perdem a localização

tanto no tempo como no espaço em que foram produzidos inicialmente, passando a existirem em novas configurações subjetivas, em outros espaços e em outros tempos subjetivamente integrados.

Assim, “qualquer momento da história do sujeito pode aparecer como um elemento de sentido da configuração atual de sua experiência” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 220). Ao mesmo tempo, o sujeito tem uma capacidade geradora de sentidos e significados a partir do que pensa e sente dentro do contexto único e intransferível de sua história de vida e que se apresentam em uma multiplicidade de formas (GONZÁLEZ REY, 2003).

Dessa forma, a subjetividade não é entendida como fenômeno intrapsíquico, mas fruto da dialética constante entre o social e o individual, em que o sujeito está constantemente implicado “no processo de suas práticas, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 240).

O sujeito, nesse contexto, não é um sujeito que controla o mundo, mas que é capaz de optar, de romper e de uma ação criativa, “sua ação atual e seus efeitos são constituintes de sua própria subjetividade, e não causas que aparecem como elementos externos da ação” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 224).

Sendo assim:

*A ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é uma relação de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 224).*

Nessa abordagem proposta pelo autor (GONZÁLEZ REY, 2003), o sujeito não é visto como um “epifenômeno” ou mesmo um reflexo de outros processos sociais,

*Mas representa uma instância de ruptura geradora, capaz de assumir opções diferentes diante da situação em que vive. Esse sujeito, sem dúvida, está subjetivamente constituído. Constituição que em alguns casos representa uma barreira, e, em outros, um elemento facilitador de suas posições ativas (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 53).*

Ele reforça que a ação do sujeito é sempre uma ação socialmente produzida, manifestando-se no contexto de uma subjetividade social. Essa ação, por sua vez, repercute “nos sentidos da configuração subjetivo-social constitutiva do espaço em que se produz a ação, assim como nas configurações de subjetividade individual comprometidas com o sentido da ação” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 220).

A subjetivação do sujeito se dá dentro dos espaços sociais em que atua e, ao mesmo tempo, a própria processualidade de sua atuação nesses espaços torna-se constituinte de si mesma, assim, a integração entre o social e o sujeito que esses processos propiciam leva a uma relação processual complexa que caracteriza a ação social do homem, sugere González Rey (2003).

Resgatando Guattari, o autor aponta como uma das dimensões essenciais do processo constitutivo da subjetividade no nível individual a singularização, ou seja, quando o indivíduo torna-se sujeito de criação e ruptura (GONZÁLEZ REY, 2003).

Caracterizando esse processo dentro do universo da subjetividade capitalística, Guattari afirma:

*Tudo o que é do domínio da ruptura, da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar, se deve encaixar de alguma forma nos registros de referência dominantes. Há sempre um acordo que tenta prever tudo o que pode ser da natureza de uma dissidência do pensamento ou do desejo. Há uma tentativa de eliminação daquilo que eu chamo de processo de singularização. Tudo o que surpreende, ainda que seja levemente, pode ser classificado em alguma zona de enquadramento de referência (GUATTARI, 2006, pág. 43, apud GONZÁLEZ REY, 2003, p. 114-115).*

Para Guattari, a produção da subjetividade capitalística contemporânea não apenas oferece aos sujeitos significados e ideias, ou mesmo modelos de identidade e significação, mas também e principalmente o que ele chama de “máquinas produtoras e de controle social”, além de “instâncias psíquicas, formas de perceber o mundo” (GUATTARI, 2006, pág. 67, apud GONZÁLEZ REY, 2003, pág. 113).

Todo esse movimento de “produção maquínica da subjetividade contemporânea”, de acordo com expressão de Guattari, leva a uma sistemática supressão dos processos de subjetivação. Além disso, existe uma tendência de enquadramento e supressão da singularidade que tem se institucionalizado, inclusive dentro de instituições de pesquisa e na área da psicologia (GONZÁLEZ REY, 2003). Na leitura de Rey, Guattari:

*Enfatiza o lugar dos indivíduos nos processos de transformação, com o que assume em toda a sua complexidade a questão do individual e do social, o que leva a compreender os processos de subjetividade associados às mudanças sociais, tanto numa instância social como individual (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 115).*

Esse processo é de grande importância para Guattari, pois pode desencadear “uma mutação dos sistemas coletivos de escuta e visão”, referindo-se aos processos desencadeados por poetas e artistas de forma geral. González Rey (2003) lembra que



não apenas no campo artístico, mas que esse processo pode se dá em todas as áreas do conhecimento e do campo de ação humana como a ciência e o social.

A sexualidade seria uma dessas zonas de subjetividade social e a sexualidade gay, ressaltamos um nível mais específico.

*Na própria constituição da sexualidade se expressa uma série de elementos e configurações de sentido comprometidos com diferentes sistemas de organização social que praticamente não tem sido explorados pela psicologia ao universalizar a representação sobre a sexualidade dominante em um campo concreto de produção do conhecimento psicológico (...). A sexualidade, no entanto, apresenta uma configuração complexa de sentidos que se produz de formas diferenciadas de sujeito para sujeito e de sociedade em sociedade, o que tem aparecido de modo muito mais claro na literatura que na psicologia. A sexualidade é um sentido subjetivo, produzido na relação complexa entre diversas formas de constituição subjetiva, individuais e sociais, e os cenários atuais dentro dos quais esses sujeitos atuam, que são geradores de sentidos dentro da diversidade de práticas que os caracterizam (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 217).*

Nessa longa citação, o autor expressa toda a complexidade que a sexualidade acarreta aos estudos da subjetividade e mesmo que não aponte diretamente a questão gay, subtende-se que a subjetividade gay problematiza e aprofunda ainda mais as questões apontadas.

Seguindo esse raciocínio, construir e interpretar os sentidos da subjetividade de sujeitos gays levaria a descoberta de “inúmeros elementos implicados com a organização da subjetividade social, que seriam praticamente irreconhecíveis por outras vias. Esses elementos aparecem mascarados em expressões da sexualidade e não são visíveis nem para os próprios sujeitos que se apresentam” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 217-218).

Por meio dessa categoria do sentido subjetivo podemos representar a experiência do histórico social do sujeito com a PEP sexual, por exemplo, com toda a versatilidade e abarcando todas as formas diferentes de expressão no nível psíquico que essa experiência traz ao sujeito. É um conceito extremamente maleável, complexo e subversivo, escapando ao controle e predição e a qualquer subordinação a uma lógica racional externa (GONZÁLEZ REY, 2003).

Há na sexualidade e no corpo, como lembra González Rey (2003), um caráter subjetivo, cujo sentido tem diferentes significados a partir dos diferentes e diversos momentos históricos e culturais por que passam os sujeitos, como pode ser exemplificada no momento atual de luta pelos direitos civis dos homossexuais.

Esse sentido, no entanto, não é afetado apenas pelo escopo restrito da sexualidade, mas por todas as emoções surgidas em áreas da vida social do sujeito que não necessariamente estão diretamente ligadas ou em estreita relação com a sexualidade desses sujeitos.

Para González Rey (2003), o corpo em seu sentido subjetivo deve ser compreendido em sua natureza histórico-cultural que se perde caso não sejam levados em conta as potencialidades subjetivadoras do desejo desses corpos. O desejo, no entanto, ressalta ele, não tem sua origem apenas no corpo, mas também é fruto de uma organização social a partir das emoções vividas pelo sujeito em seus diferentes sistemas de relações (GONZÁLEZ REY, 2003). Dessa forma, o corpo passa a ser visto como “um sistema histórico de relações do sujeito” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 26).

Nesse contexto, a motivação é entendida como a “integração de sentidos subjetivos de diferentes procedências” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 246) que integrados em uma nova configuração, definem novos sentidos a essa configuração. Especificamente em relação à sexualidade, o motivo sexual não se restringe à biologia, mas a uma ativação “dentro de um conjunto de elementos de sentido subjetivo que estão associados à história de cada indivíduo concreto, assim como ao contexto cultural em que estes vivem” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 247).

No caso da homossexualidade e em especial no uso da PEP, as implicações dessas potencialidades no processo de subjetivação são não só pertinentes, mas essenciais. Por outro lado, se a homossexualidade se apresenta como uma ruptura do corpo com a natureza heteronormativa bipolar da sexualidade, o resgate da dimensão do corpo como elemento constitutivo da subjetividade como fazem alguns pensadores psicanalíticos como Birman (1999 *apud* GONZÁLEZ REY, 2003) ressalta ainda mais a importância da experiência corporal – em especial no caso da vivência homossexual - no desenvolvimento de uma visão da subjetividade como a utilizada nessa pesquisa.

Para investigar a subjetividade definida nos termos acima, o autor propõe uma estratégia qualitativa específica. Assim, a epistemologia qualitativa vai permitir a produção de um conhecimento em psicologia que dê conta da “realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana” (GONZÁLEZ REY, 2000, p. 29).

Tendo esse ponto de partida, González Rey (2000) apresenta uma série de consequências epistemológicas que se apresentam ao pesquisador. Em primeiro lugar, a constatação de que o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa, que vai

além do mero acúmulo dos fatos recolhidos no momento empírico de pesquisa. Ele destaca o caráter interpretativo e a necessidade de dar sentido às expressões do sujeito, “cuja significação para o problema objeto de estudo é só indireta e implícita” (GONZÁLEZ REY, 2000, p. 31).

*A interpretação é um processo diferenciado que dá sentido a diferentes manifestações do estudado e as converte em momentos particulares do processo geral, orientado à construção teórica do sujeito, em sua condição de sujeito social, (...) A interpretação não se refere a nenhuma categoria universal e invariável do marco teórico adotado, é um processo que se realiza através da unicidade e complexidade do sujeito estudado. A teoria está presente como instrumento a serviço do pesquisador em todo o processo interpretativo, mas não como conjunto de categorias a priori capazes de dar conta dos processos únicos e imprevistos da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2000, p.32-33)*

Outro aspecto a ser destacado é o caráter interativo do processo de produção do conhecimento, em que se enfatiza as relações entre pesquisador e pesquisado e no qual essa interação passa a ser condição essencial para a produção do processo de conhecimento. Essa relação pesquisador-pesquisado torna-se o principal cenário da pesquisa e orientará o pesquisador a assumir os imprevistos do percurso como elementos significativos e constitutivos da produção do conhecimento, privilegiando o contexto e a relações entre pesquisador e pesquisado.

Por fim, cabe resgatar a singularidade do sujeito como um nível legítimo de significação para a produção do conhecimento. Segundo González Rey (2000), essa singularidade sempre foi desconsiderada como fonte legítima de conhecimento. Trabalhar com o sujeito como singularidade, e como forma diferenciada de constituição subjetiva e aspecto significativo de produção de conhecimento é privilegiar o aspecto qualitativo da expressão desse sujeito como relevantes para a produção de conhecimento, independente da quantidade e da reprodução desses conteúdos em outros sujeitos.

Nesta abordagem qualitativa da subjetividade, o objetivo é antes a investigação da complexidade do fenômeno da subjetivação do que a mera descrição para fins de controle e predição.

A subjetividade dos sujeitos nessa pesquisa não deve ser vista como um padrão estático invariável e universal de enfrentamento da situação de risco envolvido no uso da PEP sexual. Como lembra González Rey (2003):

*Toda situação produzida dentro de uma prática de conhecimento é uma situação aberta, é um momento de práxis que não adquire uma significação*

*final em nenhum de seus momentos pontuais, o que representa uma posição de valor epistemológico que, simultaneamente nos conduz a um profundo questionamento teórico, do qual surge, precisamente, a subjetividade dentro de uma perspectiva dialética, dialógica e complexa (p. 96-97).*

O que aqui proponho ao ressaltar o aspecto subjetivo de uma prática como o uso da PEP sexual é, como lembra González Rey (2003), uma tentativa de integrar diferentes disciplinas das ciências sociais a partir do âmbito da psicologia criando novas zonas de sentido para um fenômeno de saúde pública como a PEP, enriquecendo dessa forma, o conhecimento social em suas diferentes práticas e representações.

A complexidade do tema da subjetividade gay e dos variados campos inter-relacionados que o uso da PEP acarreta leva-nos a pensar essa pesquisa nos termos propostos pela Epistemologia qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2005b) como uma proposta de pesquisa de caráter construtivo-interpretativo de uma realidade por demais complexa e abrangente para apresentar-se de imediato de forma ordenada e pronta a ser examinada a partir de categorias universais de conhecimento.

## 1.2 SUBJETIVIDADE GAY

Didier Eribon (2008) propõe como uma das bases da subjetividade gay, o conceito de injúria. Trata-se do insulto, epíteto, chamamento ou xingamento que o gay experiência em algum momento de sua vida de forma traumática e violenta ao ouvir palavras como “viado”, “bicha”, “baitola”, “invertido” e tantas outras. “A injúria é apenas a forma derradeira de um *continuum* linguístico que engloba tanto a fofoca, a alusão, a insinuação, as palavras maldosas ou o boato quanto a brincadeira mais ou menos explícita, mais ou menos venenosa” (ERIBON, 2008, p. 64).

O problema da injúria, segundo o autor, é que ela se constrói a partir daí uma subjetividade moldada pela injúria, ou seja, pelo “assujeitamento” de uma subjetividade que é instituída de forma negativa e excludente pelo outro, que não só classifica e nomeia, mas principalmente, instaura um lugar para esse sujeito que é de exclusão e de menosprezo.

Outra característica apontada pelo autor para a injúria é a de ser sempre uma citação, ou seja, ela “preexiste às duas pessoas que ela põe em cena – aquela que lança, aquela que a recebe – e que ela tem uma história exterior e anterior às pessoas em questão” (ERIBON, 2008, p. 100).

Para ele, a injúria passa a ser uma vulnerabilidade social e psicológica que molda e define a subjetividade, que ao se inscrever no corpo e na memória dos sujeitos estrutura as relações desse sujeito com os outros e consigo próprio, ou seja, constrói uma subjetividade para esse sujeito (ERIBON, 2008).

Assim, a subjetividade gay seria inferiorizada, segundo o autor não apenas pela condição inferior do sujeito gay na sociedade, mas também porque esse sujeito individual gay:

*seria produzido pela interpretação, isto é, pelas estruturas cognitivas, portanto, sociais de que ela é o vetor. (...) Assim, a homossexualidade não designa apenas uma classe de indivíduos por preferências e práticas sociais sexuais, mas também um conjunto de processos de sujeição que são tanto coletivos quanto individuais, na medida em que uma estrutura comum de inferiorização está em ação e que tem ainda mais força porquanto é a mesma para todos e, no entanto, sempre específica a cada indivíduo, que pode até crer, num dado momento da vida, que é o único a ser vítima disso (ERIBON, 2008, p. 78).*

Como uma consequência dessa violência simbólica para a construção da subjetividade gay, temos a aceitação e incorporação do insulto como um verdadeiro veredito, uma marca que irá definir os destinos do sujeito. É uma nomeação que produz no homem gay uma objetificação de si a partir do que os outros dizem. Temos ao mesmo tempo um processo que Eribon (2008) chama de perquirição e desapossamento, ou seja, não só o sujeito não tem direito a definir a si mesmo como sujeito, pois essa definição é feita de forma violenta e discriminatória pelo outro, mas também, esse assujeitamento de si pelo outro é uma forma de perseguição, de policiamento e de controle. Assim, a consciência envergonhada perseguida do sujeito vítima da injúria torna-se elemento constitutivo e definidor de quem ele é como sujeito.

Essa injúria operaria, dessa forma, como uma “um ato de censura, como uma formulação de um interdito que se endereça a todos pelo fato de editar, garantir e reforçar a norma heterossexual, barrando aquilo que é estigmatizado pela linguagem” (ERIBON, 2008, p. 83).

Partindo de J.L. Austin, Eribon analisa o conceito de injúria como um enunciado performativo, ou seja, produz efeito, independentemente de caráter verdadeiro:

*A injúria é um ato de linguagem – ou uma série de atos de linguagens – pelo qual um lugar particular é atribuído no mundo àquele que dela é destinatário. Essa atribuição determina um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a”. A injúria é um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os*

*normais e aqueles que Goffmann chama de “estigmatizados”, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou. (ERIBON, 2008, p. 29).*

Dessa forma, o caráter performativo da linguagem é sustentado pelas próprias forças organizadoras da sociedade e seus modos de pensamento (ERIBON, 2008).

É neste contexto, de uma subjetividade estruturada e assediada tanto pela injúria, pelo armário e pela heteronormatividade que podemos inscrever o uso da PEP como mais um elemento constitutivo de uma possível – entre tantas outras- subjetividade gay.

No contexto desse assédio, os sujeitos gays passam a estruturar sua subjetividade a partir da necessidade imperiosa e vital de fugir dessa violência. Para o autor, essa fuga se dá “pela dissimulação de si mesmo – leia-se armário – ou pela emigração para lugares mais clementes” (ERIBON, 2008, p. 31).

Por “lugares mais clementes”, Eribon talvez esteja idealizando a liberdade oferecida pelas vidas metropolitanas de cidades norte-americanas como São Francisco e Nova Iorque, onde uma cena gay se estruturou solidamente desde os primórdios dos anos 70. Essa, no entanto, não é uma realidade brasileira. Ele próprio reconhece que:

*existe um tipo particular de violência simbólica que se exerce sobre aqueles que amam o mesmo sexo, e os esquemas de percepção, as estruturas mentais que sustentam essa violência, com certeza amplamente fundada na visão androcêntrica do mundo, são mais ou menos os mesmos por toda a parte, ao menos no mundo ocidental, e assim o foram pelo menos ao longo do século e meio que acaba de transcorrer (ERIBON, 2008, p. 17).*

No entanto, tanto as “estruturas mentais” como “os esquemas de pensamento” que sustentam a homofobia no Brasil contemporâneo não permitem o nível de idealização do espaço das metrópoles brasileiras como espaços de “clemência”. Esses espaços não existem na sociedade brasileira. A violência das cidades brasileiras e o processo de exclusão a que são submetidas as minorias gays nesses espaços não permitem proclamar as grandes cidades como espaços de clemência.

### 1.3 HOMOFOBIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a defesa dos direitos, da dignidade e da cidadania dos homossexuais e o combate à homofobia já tem se dado, em termos de políticas de Estado,

principalmente, por meio do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, lançada em 2004 pelo Governo Federal.

Apesar disso, os dados referentes à homofobia ainda são altos e os recentes retrocessos da postura política brasileira em relação ao tema não nos levam a menosprezar o impacto crescente de atos de homofobia e violência em relação a homossexuais, transgêneros e travestis.

Antes, a homossexualidade já havia sido retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 (a OMS só veio a fazer o mesmo em 1993) e o Conselho Federal de Psicologia já havia determinado, em 1999, que nenhum profissional pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas” (Cf. Resolução CFP N° 001/99, de 22 de março de 1999 - “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”).

Desde então, apesar dos muitos avanços dos movimentos de reivindicação social e da legislação, tanto estaduais como municipais no sentido da inserção social e na defesa das minorias sexuais, a homofobia ainda é um problema na sociedade brasileira contemporânea.

Segundo dados de pesquisa de 2008 do Núcleo de Opinião Pública (NOP), da Fundação Perseu Abramo, intitulada “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e respeito às diferenças sexuais nos espaços público e privado”, quase totalidade dos 2.014 indivíduos entrevistados afirmaram acreditar que existe preconceito no país contra travestis (93%), contra transexuais (91%), contra gays (92%), contra lésbicas (92%) e, contra bissexuais (90%). No entanto, quando perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays.

Para Gustavo Venturini, coordenador do Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo, “os fenômeno de atribuir os preconceitos aos outros sem reconhecer o próprio é comum e esperado, posto que por definição a atitude preconceituosa é politicamente incorreta” (2008, p.1). Venturini chama atenção que para o fato de que a pesquisa<sup>3</sup> partiu do pressuposto de que a maioria não admitiria os

---

<sup>3</sup> Inicialmente, solicitou-se a cada entrevistado/a que dissesse, sobre diferentes "grupos de pessoas" o que sentia normalmente ao ver ou encontrar "desconhecidos do tipo deles": "(1) repulsa ou ódio, não gosta nem um pouco de encontrar; (2) antipatia, não gosta muito, prefere não encontrar; (3) indiferença, não

próprios preconceitos. “Assim, antes de qualquer referência explícita à temática da discriminação e do preconceito, o questionário tratou de captar manifestações indiretas de intolerância com a diversidade sexual” (VENTURINI, 2008, p.1).

Muito além da atitude de hostilidade para com os homossexuais, conforme definição do jurista Daniel Borrillo (2009, p.15), a homofobia não só se apresenta em suas formas extremadas como violência e morte, mas também pode ser mais comumente encontrada escondida no discurso cotidiano do senso comum de uma sociedade que se acredita normativamente heterossexual.

Como afirma Borrillo, a homofobia abarca dois aspectos de uma mesma realidade:

*uma dimensão pessoal de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição aos homossexuais, e uma dimensão cultural de natureza cognitiva, na qual o objeto da rejeição não é o indivíduo homossexual, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social (BORRILLO, 2009, p. 19).*

É o que Foucault chama de economia dos prazeres que não é aceita:

*É afinal, a isso que se refere o interdito, é a forma mais perversa de interdito, isto é, a mais difundida, aquela que nunca é dita mas que afinal, barra da vida do homossexual toda uma série de coisas, o que lhe torna a existência relativamente penosa, seja qual for a tolerância com o ato sexual, pois afirmo que essa tolerância, hoje, existe até certo ponto (FOUCAULT, 1994 apud ERIBON, 2008, p. 372).*

Assim, reafirma Eribon (2008), o que está em jogo não é o ato sexual, mas “toda a percepção social da homossexualidade, e a homofobia visa menos as próprias práticas, e principalmente a sodomia, que tudo o que implica o fato de estar juntos e de manifestar que se ama” (ERIBON, 2008, p. 372). São aquelas tradicionais falas do senso comum: “Eu não tenho nenhum problema com os gays, mas eles precisam fazer isso em público?” - referindo-se às trocas de carícias.

---

gosta nem desgosta, tanto faz encontrá-los ou não; ou (4) satisfação, alegria, gosta de encontrá-los". Considerando-se a soma de (1) e (2) como indicador de aversão ou intolerância, dentre 28 grupos sociais sugeridos – grupos raciais, econômicos, em conflito com a lei, étnicos, religiosos etc. – as identidades sexuais que discrepam da normatividade heterossexual só perderam em taxa de intolerância para dois líderes incontestes: ateus (42% de aversão, sendo 17% de repulsa ou ódio e 25% de antipatia) e usuários de drogas (respectivamente 41%, 17% e 24%). Dizem não gostar de encontrar transexuais 24% (10% de repulsa/ódio, 14% de antipatia), travestis 22% (respectivamente 9% e 13%), lésbicas 20% (8% e 12%), gays e bissexuais 19% cada (ambos 8% e 11%) – praticamente iguados em taxas de aversão, por exemplo, a garotos de programa (25%), prostitutas (22%), ex-presidiários (21%) e ciganos (19%); acima, por exemplo, de mendigos (11%), judeus (11%) e muçulmanos (10%) e 'gente com Aids' (9%), e ainda muito acima de índios (3%), negros ou orientais (2% cada) e brancos (menos de 1%) (Venturini, 2008). Outra pesquisa realizada sobre tema, no Disque Defesa Homossexual (DDH), da Secretaria de Segurança do Estado Rio de Janeiro, revelou que das 500 denúncias recebidas, nos primeiros dezoito meses de existência do serviço (junho/1999 a dezembro/2000), cerca de 6,3% referiam-se a assassinatos (6.3%). Outras denúncias frequentes são: discriminação (20.2%), agressão física (18.7 %) e extorsão (10.3 %).



Ainda de acordo com Borrillo, é justamente nesse cruzamento complexo de fenômeno psicológico e social que é preciso compreender melhor os “elementos constantes que facilitam, encorajam e banalizam a homofobia” (BORRILLO, 2009).

O processo da injúria traz também um processo de construção de uma imagem coletiva e caricatural do que seja gay. Eribon (2008) lembra que esse processo de caracterização “é sempre um retrato de grupo. É o retrato coletivo, de uma ‘espécie’ definida por um conjunto de traços imediatamente reconhecíveis por todos” (ERIBON, 2008, p. 91).

Ainda nas palavras de Eribon (2008, p. 92):

*Como observa Barry D. Adam, o indivíduo gay vê-se confrontado com um ‘retrato compósito’ de si mesmo que lhe é proposto por um conjunto de imagens, representações, discursos que fornecem a ele uma visão degradante ou, ao menos, inferiorizante de si mesmo.*

Nesse processo, perde-se a singularidade de pessoa autônoma do sujeito, pois o mesmo é sempre percebido como “amostra de uma espécie (e de uma espécie condenável, sempre mais ou menos monstruosa e ridícula)” (ERIBON, 2008, p. 93).

Esse processo leva ao que o autor chama de globalização da injúria e seu conseqüente apagamento de individualidades que levaria os sujeitos gays a procurarem na identificação positiva com um grupo gay uma espécie de resistência, de forma a recuperar sua autonomia pessoal na possibilidade de tornar-se um indivíduo pleno de direitos.

Esse processo, no entanto, pouco tem de projeto individualizante. Pelo contrário, saímos de um conjunto de traços infamantes que classificam todos os indivíduos como uma categoria, para uma categorização, só que positiva do que seja um gay. As amarras, agora positivas, continuam limitando a expressão individual de sujeitos únicos e de suas histórias pessoais.

O papel da linguagem nesse processo é ressaltado por Eribon (2008), pois é ela que, atravessada pelas relações de força, propiciará “a dominação simbólica, isto é – e a imposição – das percepções do mundo e das representações socialmente legítimas” (ERIBON, 2008, p. 95). Esse processo se dá, no entanto, tanto na construção das representações negativas quanto nas positivas.

O autor reforça a necessidade de mobilização e ação política de uma representação coletiva da imagem do que seja gay, produzida pelos próprios gays, de forma que eles/elas possam representar a si mesmos, oferecendo modelos positivos em contraposição aos modelos negativos da injúria. “Trata-se de produzir, si mesmo, suas

próprias representações, e, por esse gesto, de se produzir como sujeito(s) do discurso ao recusar ser apenas os objetos do discurso do Outro” (ERIBON, 2008, p. 97).

Essa recusa de ser apenas objeto do discurso do outro parece-nos apenas uma retórica, pois é o discurso desse grande Outro que se tornou o mercado na sociedade contemporânea, por exemplo, que vai continuar definindo as representações sociais aceitáveis e adequadas do que seja gay. Eribon (2008) até tentar contextualizar essa autodefinição coletiva como um desafio político das lutas pelos direitos homossexuais que “nunca pode ser totalmente estabilizada num discurso único ou unitário que poderia pretender trancá-la numa apreensão congelada”.

Continua Eribon:

Assim, é construindo um ‘coletivo’ consciente de si mesmo e do fato de que a autonomia pessoal nunca é dada, mas está sempre para ser conquistada, que uma verdadeira autonomia poderá ver o dia. (...) É sendo conscientes dos determinismos que moldam as consciências (e também os inconscientes) que os indivíduos podem se construir em ‘sujeitos’ e, primeiramente, em sujeitos de si mesmos (ERIBON, 2008, p. 99).

Essa consciência dos determinismos que moldam as subjetividades deve-se dar tanto em relação às injúrias que, negativamente, moldam uma subjetividade gay em oposição às normas heteronormativas, como em relação às construções positivas de uma coletividade, marcada por uma cultura gay, cada vez mais construída como um nicho de mercado, iconicamente delimitado por uma visão “cor-de-rosa” e por um arco-íris que se propõe a representar a diversidade, mas na realidade, representa um espectro limitado de cores.

Eribon (2008), no entanto, lembra que os efeitos desse mercado em seus aspectos alienantes e mercadológicos não nos podem “fazer esquecer que a constituição de um meio ‘gay’, de um ‘mundo gay’, no início foi – e permanece fundamentalmente – geradora de liberdades” (ERIBON, 2008, p. 168). No início, sim, mas não mais, e também não fundamentalmente geradora de liberdades, pelo menos não para a maioria dos gays brasileiros.

Diante desse cenário pessoal de injúria e assujeitamento imposto pela ordem sexual heteronormativa, Eribon (2008) aponta que o sujeito gay, constrói, aos poucos e cada uma à sua maneira, seus processos de subjetivação e uma subjetividade gay, a partir de uma resistência à dominação, à identidade atribuída pela injúria.

Essa definição de como se dará o horizonte de relação com o mundo a partir da subjetividade gay produz o que o autor define como um “sentimento de destino”, que pode levar ao ódio a si mesmo e a uma homofobia interiorizada. (ERIBON, 2008, p.

85). Porque a injúria não está agindo apenas na definição dos horizontes externos desse sujeito gay, mas também cria um “foco interior de contradições, no qual se inscrevem as dificuldades encontradas por um gay antes de poder se assumir, isto é, aceitar identificar-se ou ser identificado com outros gays” (ERIBON, 2008, p. 89).

O autor reconhece que essa reinvenção é dependente de um cenário imposto pela ordem sexual e que essa subjetividade não é criada do nada: “Sempre se trata de uma reapropriação, ou para empregar a expressão de Judith Butler, de uma ‘ressignificação’. Mas essa ‘ressignificação’ é um ato de liberdade por excelência e, aliás, o único possível, por abrir as portas do imprevisível, do inédito” (ERIBON, 2008, p. 18).

“Ressignificação” sim, ainda utilizando a expressão de Butler, é ato de liberdade sim, uma saída, pois trata-se da construção de histórias de vida, de estratégias de sobrevivência pessoal em contexto socioculturais às vezes extremamente violentos, mas não “por excelência”. Se existe na subjetivação gay uma inquestionável fuga a esquemas de ordem sexual heteronormativa, por outro lado também existe a camisa de força a que essa nova expressão subjetiva está submetida: uma normatividade gay.

Assim, se a subjetividade homossexual foi construída como uma reação aos modos de representação heterossexual, sendo sempre referida à norma (ERIBON, 2008), da mesma forma, existe uma subjetividade gay hegemônica que também se apresenta como normativa, sendo tão excludente e normativa quanto os discursos heterocentristas e homofóbicos. Ser gay, pobre e feio é estar sujeito a processos de injúria e exclusão dentro da própria cena gay, tão violentos e difamadores quanto ao “racismo sexual” a que gays estão submetidos por aqueles que desconsideram o amor pelo mesmo sexo como equivalente ao amor pelo sexo oposto (ERIBON, 2008, p. 113). Não há nem nunca haverá uma forma única de viver a homossexualidade, como não há nem nunca haverá uma forma única de viver a heterossexualidade, porque não há nem haverá nunca uma única forma de viver a vida, e as subjetividades gays ou hetero não darão conta da heterogeneidade desse viver.

Assim essa subjetividade por se construir, lembra o autor, deve referir-se, necessariamente, a modelos já existentes e tanto na sociedade como na história. Modelos esses que muitas vezes são excludentes e normativos, como qualquer outro modelo.

Em relação à velhice no meio gay, por exemplo, o autor ressalta que:

*...a sexualização potencial das relações entre os indivíduos leva a falar em termos depreciativos e insultuosos de todos aqueles que não têm mais valor*

*sobre o que é preciso chamar de mercado sexual. Aliás, devemos nos interrogar sobre o fato, bem impressionante, de que a participação nesse 'mundo gay', nessa 'cena gay', é, afinal, quase sempre provisória e de que os indivíduos dela se retiram mais ou menos completamente uma vez passada idade dos quarenta anos, como observou Michaël Pollack (ERIBON, 2008, p. 167).*

Como lembra Foucault (2012), a questão da homossexualidade não é tanto: "Quem sou eu? Qual o segredo do meu desejo?". Esses questionamentos estão no nível do ser humano independente de orientação sexual, mas: "Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade? (FOUCAULT, 1981, p. 1) O problema não é o de descobrir em si a verdade sobre seu sexo, mas, mais importante que isso, usar, daí em diante, de sua sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações. (...) Temos que nos esforçar em nos tornar homossexuais e não nos obstinarmos em reconhecer que o somos" (FOUCAULT, 1981, p.1). E essas respostas não estão prontas, ao contrário do que parecem sinalizar os arautos do movimento social pelos direitos de gays que se arvoram a apontar os caminhos para a construção de uma subjetividade gay.

O próprio Eribon (2008) reconhece a dinâmica desse processo, que é histórico e como tal pode ainda ser reinventado tanto em termos sociais como individualmente. Não sendo dada, essa construção do ser gay está sempre em processo de reinvenção, não sendo, portanto, nem estável, nem definitiva:

*É a ideia de um essencial inacabamento que aqui se desenha: em vez de buscar o repouso, uma espécie de 'fim da história' gay – individual e coletiva – na realização plena e inteira da adesão a si mesmo, é preferível assumir o caráter sempre provisório, individual e coletivamente, daquilo que ser gay significa (ERIBON, 2008, p. 145).*

#### 1.4 A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT

Em sua trajetória intelectual, Michel Foucault apresentou, como uma de suas frentes de trabalho, a interrogação das formas como são produzidos os sujeitos e os meios criados por esses para escaparem dessa sujeição. A partir daí, em sua História da Sexualidade, Foucault, segundo a leitura que dele faz Eribon (2008, p. 295):

*...funda sua reflexão na ideia, tirada dos filósofos da antiguidade, de que é possível moldar a própria subjetividade por um trabalho de si sobre si. Trata-se de criar 'estilos de vida' pelos quais tentamos nos desprender dos modos de ser e de pensar legados pela história ou impostos pelas estruturas sociais. Trata-se de inventar a si mesmo, de se criar.*

Para tal, Foucault propõe a reinvenção de novos modos de vida, formas de resistência ao poder, por meio da construção de uma subjetividade gay como um espaço de resistência a essa ordem institucional inferiorizadora e a possibilidade de reinvenção de si mesmo como autônomo e livre.

Haveria, assim, a respeito da sexualidade, segundo o autor, todo um processo histórico que levou ao surgimento de uma ciência sexual, a

*um fenômeno de supersaber, isto é, um saber de qualquer forma excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas. Creio que a cultura ocidental foi surpreendida por uma espécie de desenvolvimento, de hiperdesenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência sobre a sexualidade, do saber sobre a sexualidade.* (FOUCAULT, 2012, p. 57).

Concomitante a isso, no plano pessoal, por outro lado, existe como ponto de partida da psicanálise, por exemplo, o desconhecimento total, pelo sujeito, de seu desejo. Foi a partir daí que Freud construiu toda sua análise teórica e investigação clínica das “doenças“ da sexualidade, segundo Foucault. Para o autor, toda essa produção psicanalítica também faz parte desse supersaber sobre a sexualidade e um de suas propostas é justamente falar da sexualidade não a partir dessa abundância de saber sobre o desconhecimento do desejo pelo sujeito, mas do “saber social e cultural, o saber coletivo sobre a sexualidade” (FOUCAULT, 2012, p. 59).

Toda essa discussão é o tema central de sua “História da Sexualidade”, em que o sexo, a partir de uma reorganização que remonta ao sec. XVII, passou a ser objeto dessa superprodução de saber crítico que levou a uma articulação da sexualidade como um sofisticado mecanismo de poder e controle social, um dispositivo biopolítico.

No entanto, apesar de toda essa abundância, a sexualidade parece ser a coisa mais vigiada, proibida, interdita, e, no entanto, é por meio dela, que:

*...os homens [sic.], as pessoas, se individualizam graças a um certo número de procedimentos, e creio que a sexualidade, muito mais do que um elemento do indivíduo que seria excluído dele, é constitutiva dessa ligação que obriga as pessoas a se associar com sua identidade na forma de subjetividade* (FOUCAULT, 2012, p. 75).

Assim, a partir do estudo das técnicas de dominação repressiva no campo do poder, Foucault (2012) volta-se para as relações de poder e as técnicas de si, que implicam

*uma série de obrigações de verdade: é preciso descobrir a verdade, ser esclarecido pela verdade, dizer a verdade. E outras tantas imposições que são consideradas importantes, quer para a constituição, quer para a transformação de si (FOUCAULT, 2012, p. 94).*

Para Eribon, Foucault propõe que o desejo seja entendido como uma inscrição na pessoa, que define e constitui a “verdadeira ‘natureza’, a ‘verdade’ mais profunda” (ERIBON, 2008, p. 382) desses indivíduos. Como isso se deu é um dos questionamentos de Foucault, a partir de conversas com o historiador Peter Brow:

*Nossa tarefa era entender o que aconteceu para que a sexualidade tenha se transformado, nas culturas cristãs, no sismógrafo de nossa subjetividade. É de fato, e um fato misterioso, que nessa infinita espiral de verdade e de realidade de si que a sexualidade tenha tido, desde os primeiros séculos da era cristã, uma importância considerável; e uma importância que não parou de aumentar. Por que existe uma ligação tão fundamental entre sexualidade, a subjetividade e a obrigação de verdade? (FOUCAULT, 2012, p. 95)*

O crescente movimento pelos direitos civis dos gays e a ampliação paulatina da cultura gay nas grandes cidades marcou ainda mais o crescimento do tema da sexualidade na vida cotidiana das pessoas, demarcando de forma incontornável as questões mais polêmicas dos direitos individuais e civis dos cidadãos atualmente, em especial, no Brasil.

Dessa forma, segundo Eribon, o que busca Foucault é compreender como o poder produz sujeitos: “O que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e considerados como indivíduos é isso precisamente um dos primeiros efeitos do poder” (FOUCAULT apud ERIBON, 2008, p. 356).

Isso não significa, como bem lembra Eribon (2008), que um mero modelo de “repressão organizada por uma instância soberana” (p. 377), mas que a ideia de um dinâmica múltipla de relações de forças, em que o poder e seu discurso são não entidades isoladas e estanques, mas estão numa dinâmica constante e indissociável com a resistência e seus discursos. Assim, surge o conceito de “discurso reverso”, ou seja, um contra-discurso, que:

*...não é necessariamente um outro discurso, um discurso contrário. Pode ser o mesmo discurso, que procede de acordo com as mesmas categorias, mas que inverte ou transforma o que elas significam. Trata-se, portanto, de uma reapropriação das significações produzidas pelo poder para transformar o valor delas, o que Judith Butler com tanta justeza chamou de processo de ‘ressignificação’. Um enunciado e um discurso não tem sentido definido para sempre: o sentido varia conforme as funções estratégicas que eles preenchem (sic). E um mesmo discurso pode ter significações diferentes, e até a mesma significação. Em todo caso, a resistência não pode ser nunca*

*'exterior' às relações de poder e está, portanto, sempre situada, é sempre contextual (ERIBON, 2008, p. 378).*

Essa resistência propiciada pelo discurso reverso e a necessidade de invenção de novos espaços, irá desenhar uma possível política gay por parte de Foucault, definida pelo:

*...duplo gesto da resistência e da heterotopia, isto é, a invenção na geografia das cidades, ou dentro da consciência individual ou coletiva, de possibilidades novas, que escapariam dos sistemas estabelecidos. Toda a temática da 'subjetivação', da 'prática de si', do 'estilo de vida', da construção de uma 'cultura gay', tudo isso remete à resistência nessa segunda via, no gesto heterotópico e, portanto, na ideia de uma distância possível em relação ao sistema da sujeição (ERIBON, 2008, p. 380).*

Nessa “política gay”, haveria, para Eribon (2008), uma “posicionalidade”, ou seja, uma “vontade sistemática de distância em relação a norma e como estratégia de resistência que evita todo o conteúdo estável e fixo, toda identidade”. Nesse sentido, essa postura de Foucault está em concordância com as posições de Bauman sobre a sociedade líquida e todo o contexto fragmentado e transitório da construção da subjetividade no nosso mundo contemporâneo.

Conforme o próprio Foucault (2012), a batalha pelos direitos dos gays não é uma batalha que vai chegar a um ponto final, pois:

*...um direito em seus efeitos reais, está muito mais ligado a atitudes, a esquemas de comportamentos, do que a formulações legais. É possível que exista uma discriminação em relação aos homossexuais, embora a lei proíba tais discriminações, [o que efetivamente ocorre]. É necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida de vida em que as relações sexuais com as pessoas sejam importantes [mesmos que essas relações não estejam claramente definidas e sejam claramente dadas]. Não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de se fazer amor com alguém do mesmo sexo, a título de componente ou suplemento [E isso ainda é uma realidade muito distante para a maioria dos gays brasileiros]. O fato de fazer amor com alguém do mesmo sexo pode muito naturalmente acarretar toda uma série de escolhas, toda uma série de outros valores e de opções para os quais ainda não há possibilidades reais. Não se trata somente de integrar essa pequena prática bizarra, que consiste em fazer amor com alguém do mesmo sexo, nos campos culturais preexistentes; trata-se de criar formas culturais (FOUCAULT, 2012, p. 116-117).*

A extensão da citação se justifica pela lucidez dos argumentos de Foucault:

*Que em nome do respeito aos direitos do indivíduo se deixe fazer o que ele quer, tudo bem! Mas se o que se quer fazer é criar um novo modo de vida, então a questão dos direitos do indivíduo não é pertinente. Vivemos, de fato,*

*em um mundo legal, social, institucional, no qual as únicas relações possíveis são muito numerosas, extremamente esquematizadas, extremamente pobres. Há evidentemente a relação de casamento e as relações familiares, mas quantas outras relações deveriam poder existir, poder encontrar seu código não nas instituições, mas em eventuais suportes, o que não é absolutamente o caso” (FOUCAULT, 2012, p. 117).*

Os recentes acontecimentos da vida político-social brasileira com a polarização entre os defensores dos direitos ao casamento gay e a mobilização social promovida pela bancada evangélica da Câmara dos Deputados em nome dos “valores tradicionais da família brasileira” são um exemplo claro desse raciocínio. A luta pelos direitos ao casamento gay, nesse sentido, parece-nos uma tentativa de adequação às fórmulas culturais antigas e esgotadas, para usar a expressão foucaultina, conforme reconhece o próprio Foucault:

*Já que se pede às pessoas que reproduzam o laço de casamento para que sua relação pessoal seja reconhecida, o avanço realizado é pouco significativo. Vivemos em um mundo relacional consideravelmente empobrecido pelas instituições. A sociedade e as instituições que constituem sua ossatura limitam a possibilidade de relações, porque um mundo relacional rico seria extremamente complicado de administrar. Devemos lutar contra esse empobrecimento do tecido relacional. Devemos obter o reconhecimento das relações de coexistência provisória, (...), deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional que permitisse que todos os tipos possíveis de relações pudessem existir e não fossem impedidas, bloqueadas ou anuladas por instituições empobrecidas do ponto de vista das relações (FOUCAULT, 2012, p. 117-118).*

Assim, o autor denuncia o empobrecimento das possibilidades de relações possíveis na sociedade. Especificamente em relação às formas tradicionais de relações, como o casamento, Foucault tem uma posição crítica. Acredita ele, que as relações homossexuais podem estabelecer novos paradigmas de relações, que embora provisórias, sejam mais intensas e ricas do que as que ocorrem dentro dos laços do matrimônio tradicional. Talvez ainda seja cedo para dizer se o casamento gay reproduz exatamente a estrutura de um casamento tradicional e quais os impactos, a longo prazo, do estabelecimento legal dessa nova forma de casamento e suas implicações sociais e legais no conceito cultural do que seja um casamento.

O que Foucault propõe é uma cultura gay capaz de inventar:

*...modalidades de relações, modos de vida, tipos de valores, formas de troca entre indivíduos que sejam realmente novas, que não sejam homogêneas nem se sobreponham às formas culturais gerais. Se isso for possível, a cultura gay não será então simplesmente uma escolha de homossexuais por homossexuais. Isso criará relações que podem ser, até certo ponto,*



*transpostas para os heterossexuais. É preciso inverter um pouco as coisas* (FOUCAULT, 2012, p. 119).

A inversão proposta pelo autor é, em vez de tentar introduzir a homossexualidade na normalidade das relações sociais, fazer o contrário, e fazer com que a homossexualidade introduza nas relações sociais novas possibilidades relacionais, um espaço vazio que seja criativo e enriquecedor para os heterossexuais também.

É essa visão de uma cultura gay potencialmente revolucionária (uma cultura gay que seja apropriada pelos heterossexuais, que não seja apenas uma cena, ou um gueto, a cultura gay de e para homossexuais) que muitas vezes os movimentos sociais LGBT não alcançam e que a ingerência de um mercado gay cada vez mais neutraliza em mais um segmento de mercado rentável.

A proposição de Foucault (2012) de uma cultura gay como criadora de um novo sistema relacional acaba por trazer em seu bojo o surgimento de novas formas de subjetivação que incluem até mesmo novas formas de prazer, que Foucault chama de “dessexualização do prazer”, em que se processa um empreendimento criativo em termos de sexualidade que questiona a ideia de que o prazer sexual seja a única forma possível de prazer. Como exemplo, Foucault lembra as práticas do sadomasoquismo que inventam novas formas de prazer a partir da utilização não só de novas partes do corpo, mas também de objetos os mais inusitados.

### 1.5 EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO

O armário é uma das formas de expressão da subjetividade gay nesse tempos modernos. Como afirma Eve Sedgwick (2007), nem todas as conquistas do movimento gay desde os anos 60, mitigaram o poder desse segredo não revelado sobre a sexualidade vivida de forma secreta:

*Para as antenas finas da atenção pública, o frescor de cada drama de revelação gay (especialmente involuntária) parece algo ainda mais acentuado em surpresa e prazer, ao invés de envelhecido, pela atmosfera cada vez mais intensa das articulações públicas do (e sobre o) amor que é famoso por não dizer seu nome (SEDGWICK, 2007, p. 21).*

Definido por D.A. Miller como uma prática subjetiva que estabelece oposições binárias privado/público, dentro/fora, sujeito/objeto em que os primeiros termos são privilegiados, “o fenômeno do ‘segredo aberto’ não produz, como se poderia pensar, o

colapso desses binarismos e de seus efeitos ideológicos, mas, ao contrário, atesta sua recuperação fantasmática” (MILLER, 1988, apud SEDGWICK, 2007, p.21).

Se o segredo aberto continua fazendo todo esse estrago, o armário, entendido como a vivência secreta da sexualidade gay, longe dos olhos sociais, se configura como uma forma de subjetivação que afeta mesmo aqueles que sejam assumidamente gays, pois, como lembra Sedgwick (2007), cada encontro da vida social, traz de volta “novos cálculos, novos levantamentos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição” (p. 21).

Ainda falta muito para sociedade deixar de fazer o que a autora chama de “interpretação forçada de seu produto corporal” (SEDGWICK, 2007, p. 22), presumindo de antemão que um corpo masculino tenha uma orientação sexual heterossexual.

Sedgwick (2007) reconhece que a epistemologia do armário possibilitou às culturas e identidades gays uma consistência e produção inegáveis ao longo do sec. XX. O que a epistemologia do armário traz de forma inegável e incontornável são as distinções entre o público e o privado dentro do espaço social do que seja ser gay na sociedade contemporânea, levando a autora a afirmar de forma um tanto categórica que “o armário é a estrutura definidora da opressão gay no sec. XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26).

Para ela:

*Grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do séc. XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação distintamente indicativa entre a homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo (SEDGWICK, 2007, p. 26).*

Nada disso é problemático para os milhares de homens casados que encontram no armário uma forma de subjetivação de seus impulsos homossexuais, agendando seus encontros sexuais nas redes sociais da internet e frequentando espaços públicos de encontros sexuais, como saunas, parques, cinemas, etc. Para esses homens, estar dentro do armário não tem nada de opressivo. Muito pelo contrário, é na dinâmica excludente das estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista e heteronormativa que eles se sentem bem e adequados, vivendo sua sexualidade de forma secreta e nem por isso menos prazerosa.

A respeito do deslocamento da expressão ‘sair do armário’, do contexto eminentemente gay para outros – como as propostas de sair do armário para negros e mulheres gordas, exemplificadas pela própria Sedgwick (2007) – a autora americana afirma acreditar que:

*...as posições mais cruciais para contestação do significado na cultura ocidental do século XX está consequente e indelevelmente marcado pela especificidade histórica da definição homosocial/homossexual particularmente, mas não exclusivamente, masculina, desde mais ou menos a virada do século. Ao lado desses pares epistemologicamente carregados, e às vezes através deles, condensados nas figuras do ‘armário’ e do ‘assumir-se’, essa crise específica de definição marcou por sua vez outros pares tão básicos para a organização cultural moderna, como masculino/feminino, maioria/minoria, (...) (SEDGWICK, 2007, p. 28-29).*

Dentre os binarismos e muito além dele, a autora destaca o par conhecimento/ignorância como um dos pilares da questão moderna sobre a sexualidade. Invocando Foucault e sua ‘História da Sexualidade’, ela alerta para a inseparabilidade da associação dos conceitos sexo e conhecimento sexual e seu oposto ignorância e ignorância sexual. A partir daí, a autora aponta que, no final do sec. XIX, a associação entre conhecimento sexual e por outro lado entre ignorância/desconhecimento/segredo sexual levou ao surgimento de “uma sexualidade particular, distintamente constituída como segredo: o objeto perfeito para a ansiedade epistemológica/sexual do sujeito da virada do século, hoje exacerbada” (SEDGWICK, 2007, p. 30).

Dado outro contexto sociocultural e até mesmo outro nível de exacerbação, essa sexualidade secreta continua ‘perfeito’ para uma série de homens gays na presente virada do século (XX para XXI). Exercer uma sexualidade de forma secreta, compartilhada apenas com os parceiros sexuais, que igualmente a exercem de forma secreta, acaba por potencializar esse segredo como instrumento subjetivo de empoderamento e construtor de toda uma geografia pessoal e política de onde e como exercer essa sexualidade, que se realiza e se satisfaz na clandestinidade, e que não quer nem imagina ser exercida de forma pública, o que nem é objeto de reivindicação, pois essa inserção social não é nem considerada nem almejada.

Dessa forma, as questões relacionais trazidas por Sedgwick (2007) em relação ao segredo e à revelação aplicam-se justamente a esse componente das relações homossexuais que existem e configuram-se exatamente por estarem dentro do armário.

Ainda em relação à Foucault, Sedgwick afirma que ele:

*...situa no sec. XIX uma mudança no pensamento europeu, que deixa de ver a sexualidade do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e proibidos (atos aos quais, nessa visão, qualquer um estaria sujeito, se não mantivesse controle sobre seu apetites em geral) e passa a vê-la como uma função de definições estáveis de identidade ( de tal modo que a estrutura da personalidade de alguém pode marcá-lo como homossexual mesmo na ausência de qualquer atividade genital)(SEDGWICK, 2007, p. 42).*

Dessa forma, chegamos aqui a um ponto fulcral da questão do armário na subjetividade gay, pois é justamente nessa focalização funcional de atos genitais pontuais e isolados de qualquer referência social e até mesmo pessoal que parece se estruturar uma subjetividade gay do armário.

Subjetividade essa que não está preocupada com identidades ou mesmo definições, e que coloca em cheque não só a própria autodefinição, como homossexual, como a própria categorização binária hetero/homo. Se o homem que faz sexo com outros homens dentro do que se convencionou chamar de armário não se considera gay, não é porque não se vê representado como sujeito participante dessa cultura gay, mas porque, antes de tudo, essa classificação nem faz parte do escopo de suas necessidades sexuais e afetivas, não significando absolutamente nada em termos de integração, inserção ou posicionamento político. Além disso, todas essas questões não lhes estão postas como pontos relevantes para a prática de sua sexualidade.

Mais do que uma questão para os movimentos gays, o armário parece-nos afetar muito mais aqueles que precisam definir claramente os limites que separam uma prática, e conseqüentemente uma identidade homossexual, de uma prática e uma identidade heterossexual. Assim, a necessidade de sair do armário, parece-nos uma questão muito mais importante para a segurança e delimitação clara da classificação heterossexual do que exatamente uma preocupação para os homens que estão praticando sexo com outros homens nos bares, saunas, e parques das grandes cidades.

Por outro lado, seria de todo desproposital supor então que essa heterossexualidade masculina acuada por uma homossexualidade cada vez mais assumida e fora do armário seja canalizada em violência homofóbica. Como lembra Sedgwick (2007), a homossexualidade assumida e muito mais, a experiência do armário põem em cheque a:

*...ilusão implausível e necessária de que poderia existir uma versão segura da masculinidade (conhecida, presumivelmente, pela frieza de sua expressão homofóbica) e um modo estável e inteligível de que os*

*homens se sintam em relação a outros homens no moderno patriarcado heterossexual capitalista, que maior aperto poderia haver na rosca de uma identidade masculina já descentrada, sempre em falta, perpetuamente chantageável, e pronta a ser manipulada para a canalização da violência?* (SEDGWICK, 2007, p. 44).

E onde estaria essa versão segura da masculinidade no moderno patriarcado capitalista? O que a impediria de estar à mostra? Existe, na verdade? Está dentro do armário? Talvez a heterossexualidade masculina também deva sair do armário, assim como todos os seres humanos devam sair do armário, sair dos armários que escondem seus desejos, não que todos esses desejos sejam homo ou heterodirecionados, apenas que sejam conhecidos, vistos, vividos, sejam eles quais forem, ou sejam eles dirigidos a quem quer que seja.

#### 1.6 CONTEXTO MACROSSOCIAL, A SUBJETIVIDADE NA MODERNIDADE LÍQUIDA

A subjetividade gay contemporânea está inserida no que Bauman (2007) define como vida líquida, ou seja, a vida que se desenvolve em uma sociedade líquido-moderna, caracterizada pela rapidez das transformações socioculturais e pela dificuldade do sujeito de acompanhar essas transformações. Trata-se de uma vida onde a subjetividade é submetida a condições de incerteza constante a uma sucessiva série de reinícios e as realizações individuais não podem solidificar-se, os laços são frouxos e os compromissos frágeis e revogáveis. Nesse cenário de precariedade e de incertezas constantes e diante da possibilidade constante de reinícios e finais sucessivos, o sujeito contemporâneo aferra-se ao que Bauman chama de “subjetividade disponível” (BAUMAN, 2007, p. 13). A necessidade vital de tentar “manter juntos seus pedaços e partes enquanto se enfrentam as forças erosivas e as pressões dilaceradoras, consertando os muros que vivem desmoronando e cavando trincheiras cada vez mais fundas” (BAUMAN, 2007, p. 13).

Partindo de uma afirmação de Touraine, que define a modernidade realizada como um momento de ruína das concepções ordenadoras do mundo que permitem ao sujeito encontrar em si mesmo sua legitimidade ordenadora (TOURAINÉ, 1999, apud GONZÁLEZ REY, 2003), González Rey destaca como ideias centrais de uma compreensão histórico-cultural do surgimento da própria noção de sujeito justamente

esse desmoronamento de todo tipo de ordem que caracterizaria a modernidade. Para o autor, antes, “o sujeito estava completamente à mercê de racionalidades situadas fora dele e que exigiam sua submissão incondicional” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 223).

Agora, a partir de sua constituição subjetiva, o sujeito torna-se capaz da “subjetivação de sua experiência, na qual não se dilui em nenhum dos sistemas que participam de seu desenvolvimento” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 224). A subjetividade torna-se uma ilha de resistência às intempéries do mundo contemporâneo. Chegar a essa ilha de segurança, no entanto, não é, no entanto, um processo nem homogêneo ou mesmo linear, ou mesmo um ato de heroísmo individual frente a monstruosa complexidade da vida contemporânea.

Nesse mundo pautado pelo consumo, onde mesmo os consumidores são também objeto de consumo – distinção, segundo Bauman (2007) sempre efêmera, condicional e intercambiável – a subjetividade não está isenta desse jogo de mercado já que o consumo pauta toda a realidade da vida líquida-moderna. Não seria diferente com a subjetividade gay contemporânea, assim como qualquer outra subjetividade ofertada pelo mercado global. Assim, a subjetividade gay parece-nos apenas mais uma subjetividade *prêt-à-porter*, mais uma dentre tantas outras possibilidade de sobreviver à violência do mundo líquido-moderno.

E submetida, dessa forma, à competição e à gratificação compulsória desse cenário líquido-moderno, a subjetividade torna-se para autores como Türcke (2010), um construto social em que o indivíduo é fruto de uma massa de excitação e o indivíduo, uma vítima de uma compulsão social generalizada.

Türcke (2010), numa análise macrossocial da sociedade contemporânea, aponta as sensações como o ponto de partida, as marcas de orientação e as próprias batidas do pulso da vida social. O autor ironiza que a única forma do sujeito contemporâneo isolar-se desse tsumani excitatório a que estamos submetidos seria - qual um Odisseu moderno - amarrarmo-nos a algum mastro desse navio desgovernado de forma a exercer alguma forma de liberdade e não cair no aparato encantatório ultrassaturado de sensações do canto das sereias contemporâneas (TÜRCKE, 2010). Canto estridente que está na publicidade, na produção de notícias e em toda a indústria cultural, e conseqüentemente também, no processo de construção da subjetividade do homem gay contemporâneo.

## 1.7 MEDO

Na introdução de seu estudo sobre o medo na sociedade contemporânea, Bauman propõe, como definição do medo, a sensação de incerteza e a ignorância do que deve ser feito em relação a um perigo real. Ressalta que o medo é mais assustador quanto mais difuso e desvinculado (BAUMAN, 2008). No estudo aqui desenvolvido, no entanto, o medo não só está definido e vinculado especificamente a uma situação – uma experiência sexual de risco de infecção pelo HIV – como tem seus componentes conhecidos.

Não estamos no terreno da ubiquidade do medo de que fala Bauman (2008). Pelo contrário, o medo tem cara e local definidos e existe até uma “profilaxia” para isso. No caso específico do uso da PEP – como é o caso estudado – até as questões do que deve ser feito e quando são do domínio do sujeito. Isso, no entanto, não elide o medo.

Entramos aqui no terreno do que Bauman (2008), a partir de uma referência a Lagrange define como “medo derivado” ou secundário: o rastro de uma experiência passada – em nosso caso uma experiência sexual sem proteção e sujeita ao risco de contaminação ao HIV – que representa uma ameaça concreta – o risco de contrair a aids – e que se coloca como um fator importante de construção da subjetividade do sujeito.

Assim, a sensação de ser suscetível à infecção pelo HIV e estar em estado de vulnerabilidade torna o uso da PEP para o grupo gay um elemento primordial para a construção do que seja uma subjetividade gay. Até que ponto o mero ato sexual com outro homem não é sentido e vivido com insegurança e vulnerabilidade, mesmo naquelas situações em que não haja ameaça concreta, como nos usos de preservativos e práticas de sexo seguro? Será, como propõe o autor, de forma geral, que o medo derivado da infecção não aja no universo gay como um motor constitutivo de uma subjetividade gay, como uma “autopropulsão” subjetiva?

Inserido nesse contexto do mundo líquido-moderno, o sujeito gay contemporâneo é apenas mais um a – por meio de uma política pública como a PEP – ter o seu medo (da infecção pelo HIV, por exemplo) domado e tornado tolerável, como tematizado de forma mais geral por Bauman (2008). A política pública de saúde da PEP mostra-se exatamente como um desses dispositivos de ser “um ensaio da não-finalidade da morte, de ressurreições recorrentes e reencarnações perpétuas” (BAUMAN, 2008, p.13). As implicações subjetivas dessas sucessivas ressurreições e reencarnações são um dos pontos discutidos nesta monografia. A PEP tenta tornar não só a vida da pessoa com

aids mais tolerável, mais também e principalmente, seu/sua parceiro/a sexual, de forma que a possibilidade de infecção, remota em algumas situações, fica como que suspensa, pairando como uma ameaça eterna sobre a cabeça de quem vive com aids.

Assim, o medo da contaminação pelo vírus da aids, pelo menos nos estágios atuais da pesquisa sobre o vírus, pode ser classificado naquilo que o autor chama de medos “incuráveis” ou “inextirpáveis”:

*Chegaram para ficar – podem ser suspensos ou esquecidos(reprimidos) por algum tempo, mas não exorcizados. Para esses medos não se encontrou nenhum antídoto nem é provável que se venham a inventar algum. Eles penetram e saturam a vida como um todo, alcançam todos os recantos e frestas do corpo e da mente e transformam o processo da vida num ininterrupto e infinito jogo de esconde-esconde – um jogo em que um momento de desatenção resulta numa derrota inapelável (BAUMAN, 2008, p. 43).*

Nesse contexto, o grande objeto de medo, o medo por excelência, o medo da morte tem papel importante na experiência vivida por gays contemporâneos, dada associação desse grupo ao início da epidemia de aids, quando a doença ainda era uma sentença de morte.

Ao analisar a redistribuição pós-moderna do sexo, Bauman (1998) aponta o sexo como elemento de construção de uma série de segmentos da estrutura social moderna, como a família. Partindo de uma sugestão de Edward Shorter, o autor afirma que a partir da segunda metade do século XX, o mundo ocidental teria entrado numa segunda revolução sexual, com a sistemática desintegração dos laços familiares, outrora base sólida da estrutura social. Segundo o sociólogo, associado a isso existe uma “redisposição do sexo a serviço de um novo padrão de integração social e reprodução. Como antes, o sexo “tem uma função”; como antes é “instrumental”; só a função mudou, assim com a natureza do processo em que o sexo “redisposto” desempenha papel fundamental” (BAUMAN, 1998, p. 183). Nesse contexto, o envolvimento romântico do amor erótico perde seu caráter transcendente e cai na funcionalidade biológica da busca do prazer e na liberdade do indivíduo para a busca desse prazer, o que ele chama de “demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer” (BAUMAN, 1998, p. 9).

Assim, o sexo seria responsável, para o autor por um “processo de atomização em andamento” em que a liberdade individual é o “valor pelo qual todos os outros



valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supraindividuais devem ser medidas” (BAUMAN, 1998, p. 9).

Associado a isso, existe na sociedade contemporânea a busca de felicidade, de uma forma consumista, de cada vez mais felicidade em forma de produtos consumíveis e os relacionamentos humanos e as relações sexuais não fogem dessa matriz de consumo.

*De modo geral, as relações humanas não são mais espaços de certeza, tranquilidade e conforto espiritual. Em vez disso, transformam-se numa fonte prolífica de ansiedade. Em lugar de oferecerem o ambicionado repouso, prometem uma ansiedade perpétua e uma vida em estado de alerta. Os sinais de aflição nunca vão parar de piscar, os toques de alarme nunca vão parar de soar (BAUMAN, 2008, p. 93-94).*

Nesse sentido, o sexo ganha uma componente de medo incontornável e, o uso da PEP parece ser um componente desse processo de modernização de que fala o autor como a “construção de *detours* sempre novos e mais abrangentes, quase sempre disfarçados de atalhos – de forma contínua, obsessiva e compulsiva” (BAUMAN, 2008, p. 101).

Partindo da análise de Ivan Illich sobre essa estratégia de *detour* como uma característica eminentemente moderna de “substituir as redes de atividades empreendidas autonomamente pelos seres humanos por uma longa cadeia de eventos heterônomos, quase sempre realizados por artefatos” (BAUMAN, 2008, p. 100), o autor lembra que o próprio Illich apontou que essa estratégia como uma das principais forças motoras da medicina moderna.

Ou seja, a substituição de um modo de vida autônomo – o sexo com ou sem camisinha, uma decisão eminentemente pessoal do sujeito – por uma “cadeia de intervenções médico-farmacêuticas que se amplia de maneira constante” (BAUMAN, 2008, p.100).

*Além disso, o estudo de Illich colocou em evidência, de forma especialmente acentuada, a tendência endêmica de todos os detours de se expandirem e tornarem sua própria condução quase impossível: como o autor sugere, uma proporção crescente das práticas médicas era causada pela necessidade de remediar ou compensar os efeitos adversos ou menosprezados de detours utilizados anteriormente (BAUMAN, 2008, p. 100).*

No caso de uma doença endêmica e complexa como a aids, isso se dá de forma continuada, pois o aparecimento de novos medicamentos de uso contínuo acaba por provocar novas necessidades médicas e novos efeitos colaterais que o uso dos medicamentos acarretam ao longo dos anos. Isso leva conseqüentemente ao surgimento de novos tratamentos, ou *detours*, para usar a expressão de Bauman, que tentam constantemente contornar os problemas surgidos do próprio uso dos medicamentos. Esse é um processo eminentemente moderno e característico desses tempos líquidos:

*Não conhecemos remédio para os efeitos mórbidos de um detour com exceção de outro detour; nem terapia para os perniciosos efeitos colaterais de empreendimentos administrativos estritamente orientados – salvo outro empreendimento administrativo estritamente orientado. A questão dos limites da iniciativa humana ficou fora de nossos pensamentos e práticas por tanto tempo que agora se tornou quase incompreensível e inefável* (BAUMAN, 2008, p. 102).

## 1.8 CORPORALIDADE NA SUBJETIVIDADE GAY

Em sua análise da corporeidade na cultura contemporânea, Ortega (2008) aponta duas tendências principais: a construtivista e a fenomenológica. Capitaneada por Foucault, a posição construtivista “afirma a construção e a maleabilidade histórico-social do corpo” (ORTEGA, 2008, p. 193), ressaltando o corpo como objeto e produto, sujeito à maleabilidade e à manipulação para construção de um corpo “natural”, os “corpos dóceis”. Como lembra o autor, essa construção tanto pode referir-se “ao próprio corpo, à ideia do corpo, ou às instituições médicas e jurídicas que construíram a noção de um corpo natural e sexuado, entre outros” (ORTEGA, 2008, p. 194).

Como pressuposto epistemológico dessa postura, o autor aponta a impossibilidade do acesso “natural” a esse corpo, “não podemos saber o que esse corpo realmente é, independentemente das práticas discursivas e sociais, que são historicamente relativas” (ORTEGA, 2008, p. 196).

Ortega cita Butler como uma das pesquisadoras afinadas com essa posição: “Para a filósofa feminista, a materialidade do corpo é produzida performaticamente. Ela não é anterior ao discurso e sim ao seu efeito, ‘o efeito mais produtivo do poder’. A materialidade é produzida performaticamente. A performatividade é o ‘poder reiterativo

do discurso de produzir os fenômenos que regula e constrange” (BUTLER apud ORTEGA, 2008, p. 196-197).

O autor ressalta o desprezo de Foucault e seus seguidores pela materialidade do corpo, que é vista apenas como um produtor de sensações e prazeres, sem nenhum caráter intencional ou autônomo: “A experiência vivida do corpo é eclipsada pela ênfase nos controles reguladores sobre ele. As relações de saber e de poder transformam os corpos em objetos de conhecimento. Eles são símbolos, metáforas e localizações para exercício do poder, ignora-se até que ponto fornecem experiências vividas a seus proprietários e constituem uma compreensão limitadora da experiência humana” (OUTRAM, 1989; LORENZ, 2000, apud ORTEGA, 2008, p. 198).

*Tanto para Foucault como para muitos construtivistas, o corpo é encarado como uma construção simbólica e não como um objeto de carne e osso. A história do corpo é encarada como a história de suas representações, dos discursos sobre ele, sendo ignorada completamente a experiência subjetiva do corpo, que aparece como uma entidade infinitamente maleável e disponível (ORTEGA, 2008, p. 199).*

O outro polo desse espectro para utilizar a expressão do autor é o corpo fenomenológico, no qual a valorização da materialidade da corporeidade não significa a redução da experiência corporal a uma vivência anatomofisiológica do corpo, mas enfatizar “a participação do ambiente na constituição do eu corporal, afirmando a simultaneidade e congenialidade das experiências do eu e do mundo” (ORTEGA, 2008, p. 203).

O autor aponta como conceitos fundamentais para a abordagem fenomenológica da corporeidade os conceitos de *Körper* e *Leib* traduzidos como “corpo vivo” e “corpo vivido”, sendo o primeiro “o objeto construído cientificamente e descrito de forma física ou fisicalista, e o segundo, a experiência corporal vivificada.” (ORTEGA, 2008, p. 204). Essa divisão, no entanto, não significa uma dualidade corporal, mas “duas dimensões do corpo vivido, que é também um corpo de carne e ossos, nervos, fibras, que pode ser descrito científica e objetivamente” (ORTEGA, 2008, p. 205).

A concepção de poder associado necessariamente a formas de resistência preconizada por Foucault e seus seguidores precisa de outra noção de corporeidade, segundo o autor. Uma que “permita explicar donde a resistência flui (...). Pois a ênfase de Foucault nos efeitos do poder sobre o corpo reduz os agentes sociais a corpos

passivos e não permite descrever como os indivíduos agiriam de maneira autônoma.” (ORTEGA, 2008, p. 206-207).

Compartilhamos da percepção do autor de que a invocação do corpo fenomenológico, e em especial no caso da experiência fenomenológica do corpo gay, ou deveríamos dizer, experiência fenomenológica gay do corpo, significa privilegiar as maneiras como o corpo é vivido e experienciado, e não apenas os elementos estruturais desse corpo ou a noção estática e hegemônica do que seja uma subjetividade gay.

*Trata-se de dar ênfase no corpo como a localização física desde a qual falamos, conhecemos e agimos. Privilegiar o corpo fenomenológico é privilegiar o corpo que age; ele é fundamental para a ação. Toda a ação é, em primeiro lugar, uma ação corporal. Nisso coincidem as diferentes correntes de pensamento sobre o corpo, agrupadas na rubrica de ‘corpo fenomenológico’ (ORTEGA, 2008, p. 210).*

Assim a experiência do sujeito em relação ao ambiente social representa uma interação e não apenas um evento subjetivo ou mental, já que o mundo material e objetivo estão em interação contínua e recíproca com as ações e sentimentos do indivíduo e sendo modificado pelas repostas desse ao ambiente (DEWEY, 1917, apud ORTEGA, 2008).

Dessa forma, a agência do sujeito gay em relação ao seu corpo, seu “engajamento prático com o mundo”, para usar a expressão de Ortega (2008, p. 210) não escamoteiam as injunções estruturais da constituição de uma subjetividade gay contemporânea, como já descrito anteriormente (armário, injúria, homofobia, etc). No entanto, é inegável que esse engajamento corporal na cena gay, por exemplo, acaba por provocar modificação na vivência dessa subjetividade gay.

*Existe uma influência recíproca entre ação e estrutura. Por outro lado, a ênfase na ação não significa invocar um voluntarismo extremo ou um sujeito racional. A ação corporal se encontra além das antinomias do livre arbítrio e do determinismo, da agência consciente ou inconsciente. Não se trata de um sujeito racional e a representação consciente não captura essa forma de conhecimento e de ação prática (ORTEGA, 2008, p. 211).*

Para o autor, é importante ressaltar que a noção de corpo fenomenológico é um saída para a tensão entre as relações de poder e a forma como o corpo se posiciona nessas relações, pois esse poder se insere nos corpos de forma não-racional e não-

consciente, “trata-se de uma intencionalidade sem sujeito, como Foucault e os foucaultianos gostam de ressaltar” (ORTEGA, 2008, p. 215).

Assim, ele reafirma que a construção social do que seja um corpo não é mais um discurso subversivo ou emancipador. Da mesma forma, se levarmos essas observação para o nosso campo de estudo – a subjetividade gay –, acreditamos, com aponta o próprio Ortega que:

*Mesmo que a historização de diversas categorias, como a da homossexualidade, tenha servido, sem dúvida, para desnaturalizá-la e despatologizá-la, o que constitui um avanço ético para a cultura homossexual, acreditamos, que na atualidade, em relação à categoria corpo, o discurso de construção social não seja subversivo e não possua vantagens éticas que seus defensores afirmam (ORTEGA, 2008, p. 217).*

Também reconhecemos o avanço ético e o papel político e histórico da desconstrução desse discurso e na construção de um novo discurso sobre o que seria ser gay, e como um gay deveria se comportar e agir, pensar. Mas a hegemonia desses discursos e seu caráter cada vez mais excludente, normativo e mercadológico acabam por transformar uma determinada forma de subjetivação homossexual, que por razões diversas tornou-se hegemônica, como uma ‘verdade’ gay, que aponta regras de comportamento e de moralidade válidas para essa cena.

Nesse sentido, também existe a construção do que seja um corpo gay, uma construção que está tornando-se literal, com intervenções cirúrgicas de modelagem e torneamento e inserção de próteses de membros e músculos capazes de criar o corpo que chegue próximo do ideal de beleza olímpica almejado pelo culto do corpo de uma certa subjetividade gay contemporânea. Esse modelo de corpo masculino alcança um tal nível de idealização que acaba por deixar de fora dessa subjetividade todos os sujeitos que não se enquadram nesse modelo, com seus corpos “normais”, ou seria melhor dizer, seus corpos “heteros”.

## 1.9 SOCIEDADE DE RISCO: SE JOGA!

A expressão “Se joga!”, antes típica apenas da cena gay significa algo como "vai com tudo", "pula de cabeça" ou "vai sem medo". Atualmente tem circulação mais ampla, sendo usada em outros ambientes, mas sempre com esse mesmo sentido de, mais

do que um conselho, uma exortação à desmedida, ao risco e à inconsequência. Para o teórico social alemão Ulrich Beck (2003, 2009) foi exatamente o que a sociedade industrial moderna fez: jogou-se.

Assim, a prometeica busca do controle da natureza em nome do bem-estar do homem levou a sociedade a deparar-se com ameaças globais à sua manutenção. A modernidade se jogou na produção irrefreada de bens de consumo a um mercado cada vez mais ávido, se jogou no desenvolvimento tecnológico alheio à destruição ecológica, aos riscos da poluição, do efeito estufa, dos danos à camada de ozônio, às cada vez mais sofisticadas aberrações da engenharia genética, à destruição da diversidade biológica do planeta, pelo extermínio de espécies vegetais e animais e aos riscos decorrentes do uso indiscriminado de energia nuclear. Perdeu-se, segundo o autor, a noção tradicional de produção e distribuição de bens, substituindo-a por um contexto de risco, que estrutura a vida social. Mais importante, no entanto do que esse diagnóstico é a percepção da ingovernabilidade desses riscos que estão desequilibradamente distribuídos, tanto social como globalmente.

Nesse contexto, Beck (2003,1999) propõe o que seria uma segunda modernidade, uma espécie de radicalização da primeira modernidade, caracterizada pela confiança no progresso da ciência e da tecnologia e na confiança em seus poderes de darem conta de todos os desafios que os desenvolvimentos industrial e econômico apresentaria.

Nessa segunda modernidade, dita reflexiva, o mesmo desenvolvimento técnico-científico que deu ao mundo todas as maravilhas tecnológicas que impulsionam o desenvolvimento da sociedade moderna não dá mais conta dos riscos que todo esse desenvolvimento anterior trouxe. Trata-se de um momento em que a sociedade tem uma percepção pública desses riscos e emerge, pelo menos em termos discursivos, uma sociedade autocrítica em relação a isso (BECK, 1999).

Nessa modernização reflexiva, o próprio processo de modernização torna-se tema e reflexo de si mesmo:

*...os riscos da modernização são produtos incontestes da maquinaria do avanço industrial e são agravados com o desenvolvimento sistemático desse último. No centro da análise dos riscos está a arquitetura social e a dinâmica política dos potenciais auto-riscos civilizatórios (WESTPHAL, 2010, p. 421).*

São os riscos e ameaças concretas que assolam a sociedade até mesmo com a possibilidade de extinção da vida no planeta representadas pelas catástrofes não só naturais mas principalmente pelas ameaças globais de descontrole populacional, acidentes nucleares e biológicos em escala global, descontrole da disseminação de

agentes biológicos contagiosos e exaustão energética que acabam por caracterizá-la como uma sociedade de risco em escala planetárias. Estamos diante do que Beck caracteriza como “maquinaria de autodestruição do megasistema da indústria global” (BECK, 1999, p. 175).

O mesmo raciocínio pode ser gradativamente reduzido para as escalas nacionais, urbanas e pessoais, com suas consequências na produção subjetivas dos indivíduos. A partir daí, “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade, uma nova forma de vida pessoal” (BECK, 1999, apud GUIVANT, 2001, p 2).

Nessa nova forma de vida pessoal, em que tanto a natureza como a tradição perderam seu poder de validarem ilimitadamente as decisões, o risco depende dessa decisão.

*Ele está associado a um cálculo que representa o caso isolado como fato social e tenta torna-lo controlável mediante princípios institucionalizados. Se levar em conta esse padrão conceitual, pode-se encarar a industrialização, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas que se estendem do século XVIII ao XX, como processo de surgimento dos riscos e das respostas – respostas institucionais – para eles. Numa formulação mais abstrata: como dialética de perigos que, desse modo, se tornam calculáveis pelas respostas institucionais adequadas (BECK, 2003, p. 114).*

Todo o histórico do enfrentamento da epidemia de aids parece se encaixar nesse contexto de uma dialética do perigo e a PEP Sexual, em especial. Para Beck, toda uma civilização foi construída a partir desse conceito, tentando tornar previsíveis as consequências imprevisíveis de decisões tomadas, “controlar o incontrolável, sujeitar os efeitos colaterais a medidas preventivas conscientes e aos arranjos institucionais apropriados” (BECK, 2003, p. 115).

As implicações de todo esse conceito para o terreno da saúde pública e no cenário do controle da epidemia de aids nesse contexto é patente. Parafraseando Beck, a proposta é controlar a prática sexual das pessoas, de forma a sujeitar os efeitos colaterais dessa prática sexual em medidas preventivas conscientes e institucionalmente adequadas. Voltando a Beck (2003, p. 120): “o cálculo do risco pressupõe o conceito de acidente, inclusive com grandeza estatística, é o acontecimento claramente delimitado espacial, temporal e socialmente. Os acidentes atingem um grupo determinado de pessoas, em um lugar e um tempo igualmente determinado”. Trata-se de uma descrição precisa e acurada da PEP Sexual.

E aqui chegamos em um ponto importante do conceito de risco de Beck e essencial para nossa pesquisa: o risco não é uma coisas, mas um:

...construto, uma definição social, no qual se deve acreditar para que se torne efetivo e real. De sua realização participam diversas pretensões de racionalidade. Surgem um conflito e uma consciência de risco apontados pela mídia, e naturalmente também produzidos por ela, que inquietam os consumidores, os pais, as mães e os filhos (BECK, 2003, p. 123).

Diríamos também: os gays.

Não é preciso lembrar o início da epidemia de aids, ainda quando era chamada de “peste gay” e o pavor disseminado pela mídia diante de uma doença cujos mecanismos eram ainda pouco conhecidos e ainda tinha o apelo midiático de atingir figuras públicas que tinham o segredo de suas práticas sexuais reveladas publicamente. “Isso, – prossegue Beck (2003, p.123) – por sua vez, depara-se com uma racionalidade institucionalizada que bloqueia o risco”. Institui-se a PEP sexual.

Por serem construtos sociais, precisam ser definidos, ou seja, “erigidos pelo conhecimento, pelo público, pela participação de especialistas e contra-especialistas, pelas suposições de causas, pela distribuição de custos e construções de responsabilidade” (BECK, 2003, p. 137).

Exatamente por isso surge uma discussão fecunda (GUIVANT, 2001) sobre a dicotomia entre o conhecimento de um perito que avalia os riscos e a percepção da população leiga dessa situação como um risco.

A não aceitação de uma determinada definição científica de um risco por um setor da população não implica que este seja irracional, mas, o contrário, indica que as premissas culturais acerca da aceitabilidade de riscos contidas nas fórmulas científicas são as que estão erradas (...) Isto é, os riscos existem e não são meramente uma construção social, mas a sua transformação depende de como são percebidos socialmente (GUIVANT, 2001, p. 99).

Ou seja, é preciso levar em conta que a construção social do que seja risco para o público gay tem especificidades que não podem ser ignoradas na condução das políticas públicas de saúde. Não estamos negando que a exposição ao vírus do HIV em uma relação desprotegida com um parceiro/a soropositivo seja um risco, mas a percepção disso como um risco em termos tanto de saúde pública como de saúde pessoal para o público gay não é necessariamente um coisa óbvia. Muito pelo contrário, a associação de prazer com risco pode ser para esse público algo extremamente excitante e desejado, vide práticas como *barebacking*.

Assim, a sociedade do risco seria uma sociedade onde:



*...o passado perdeu seu poder sobre o presente. Entra em seu lugar o futuro – ou seja, algo que não existe algo fictício e construído – como causa da vida e da ação no presente. Quando falamos de risco, discutimos algo que não ocorre mas que pode surgir se não for imediatamente alterada a direção do barco. Os riscos imaginários são o chicote que fazem andar o tempo presente. Quanto mais ameaçadoras as sombras que pairarem sobre o presente anunciando um futuro tenebroso, mais fortes serão os abalos, hoje solucionados pela dramaturgia do risco (BECK, 1999, p. 178).*

O uso da profilaxia pós-exposição sexual é exatamente mais um instrumento dessa dramaturgia do risco no contexto da saúde pública.

Nesse cenário, podemos caracterizar a subjetividade gay como um dos processos de individualização propostos por Ulrich Beck dentro de sua teoria a cerca da modernidade reflexiva. Segundo o sociólogo alemão, nesse processo, cada indivíduo torna-se uma unidade de reprodução vital da sociedade.

Trata-se de uma mudança no interior da modernidade, em que os indivíduos estão sendo liberados das amarras sociais de classe, grupo social, família e gênero, pois essas estão dissolvendo-se. Se por um lado, todo o longo processo de luta pelos direitos civis e reconhecimento da condição gay insere-se em nossa percepção nesse processo de individualização do sujeito, por outro, esse processo acaba por se cristalizar em novas dependências que são institucionalizadas e padronizadas em num novo processo de individualização tão estanque e fechado quanto às definições anteriores de gênero e familiar: a subjetividade gay contemporânea.

*Isso significa que os indivíduos, enquanto agentes de ação, estabelecem suas formas de vida individual e coletiva e são expressões de suas escolhas (...) A individualização é entendida, no processo de formação e constituição social, no qual o indivíduo é a referência central das ações no mundo social. Enquanto processo, é caracterizado por ambivalências e contradições: amplia e limita as possibilidades de ação dos indivíduos, sendo compreendido e experimentado como fardo e como chance concomitantemente (WESTPHAL, 2010, p. 420).*

Assim, na passagem da já referida primeira para a segunda modernidade, Beck ressalta que existe uma modificação do papel do indivíduo e de sua experiência de individualidade, denominando-o de individualização.

*A individualização vivida na modernidade reflexiva dissolve as referências da sociedade industrial, na medida em que velhas fórmulas de convivência são desagregadas e tradicionais grandes grupos são dispersos. Entretanto, não surge uma sociedade livre de conflitos, humanamente digna, virtuosa e racional, mas uma mistura altamente arriscada composta de novas inseguranças e novas possibilidades, novos riscos e novas chances, novas exigências e novas liberdades, finalmente, a sociedade de riscos,*

*caracterizada por ambivalências, contradições e conflitos* (WESTPHAL, 2010, p. 432).

Assim, o processo de individualização caracteriza uma nova forma de inserção social, em que “a diferenciação do individual caminha concomitantemente com a padronização elevada, altamente influenciada pela mídia, principalmente em âmbitos como o mercado de trabalho, o consumo, as finanças, a legislação etc” (WESTPHAL, 2010, p. 427).

O surgimento das políticas de afirmação social do movimento gay e sua progressiva inserção no estamentos legais e jurídicos, a inserção da condição gay como um nicho mercadológico cada vez mais importante, levam à crescente incorporação da subjetividade gay como mais uma “opção” dessa diferenciação individual de que fala Beck. Surge a partir desse processo de diferenciação do individual, segundo Westphal, um embaralhamento e um novo recorte entre o privado e o público: “Situação individuais tornam-se progressivamente dependentes e controlados por instituições sociais e públicas e provadas. ‘A individualização passa a ser a forma mais avançada de formação social dependente do mercado, da legislação, da formação, etc’” (BECK, 1986 apud WESTPHAL, 2010, p. 427).

Assim, o processo de libertação das instituições tradicionais como família, escola, igreja, etc., implicado no sair do armário, i.e. o ato de assumir a condição homossexual, leva o sujeito a uma série de novas dependências que já estão presentes e são reconhecidas como integrantes do próprio conceito de individualização. Dessa forma, outras instâncias passam a assumir controle sobre o sujeito, como o mercado, por exemplo. A partir daí:

*...as biografias naturais tornam-se biografia de escolha, de construção (...) do malabarismo, da ruptura, do risco. Apesar das novas liberdades, há muito esforço e desgaste. A individualização se constitui numa dinâmica social, não repousada sobre decisões livres do indivíduo, mas é uma obrigação, aos quais as pessoas são destinadas* (WESTPHAL, 2010, p. 428).

Embora propague uma libertação de laços e identidades tradicionais, a subjetividade gay acaba por enlaçar os sujeitos em novas amarras e regras, muitas vezes ditadas pelo consumo.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi qualitativa a partir de uma perspectiva da epistemologia qualitativa proposta por Fernando González Rey. Para esse pesquisador a pesquisa qualitativa é um processo dialógico e de comunicação que apresenta uma perspectiva epistemológica apropriada aos processos psicológicos que tenham como centro e ponto de partida a subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2005b) como é o caso de nossa investigação que tem como objeto a subjetividade gay.

A epistemologia qualitativa entende o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. Dentro desse processo de pesquisa que é essencialmente um processo construtivo-interativo, não existe a ilusão da correspondência linear entre realidade e o conhecimento construído. González Rey (2005a) salienta essa construção do conhecimento não como uma apropriação direta e linear de uma realidade prévia, onde a realidade embora entendida como “um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 5) ao ser apropriada pelo pesquisador cria um nova dimensão do real, que se cria a partir da ação de pesquisa.

Assim, a produção da pesquisa torna-se inseparável da realidade que não é externa ou separada do pesquisador, mas fruto de uma interação construtivo-interpretativa entre pesquisador e o sujeito da pesquisa. E a legitimidade desse construto está “na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p.06).

Outro ponto relevante da epistemologia qualitativa é a importância da comunicação como um princípio epistemológico que considera o espaço social e sua significação como elementos que interferem na qualidade da informação produzida. Para González Rey, embora a condição do sujeito individual seja definida dentro do tecido social em que está inserido, “os processos de subjetividade individual são um momento da subjetividade social, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dimensão processual permanente” (2005a, p. X).

*A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente; portanto, na gênese de toda a subjetividade individual estão os espaços constituídos de uma determinada subjetividade social que antecede a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontogenia*

*como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história”, completa González Rey (2005a, p. 205).*

Procurou-se na pesquisa realizar um processo dialógico no qual tanto o pesquisador como o sujeito da pesquisa são ambos sujeitos, indiferentemente, enfatizando o processo construtivo da dinâmica conversacional empregada e o caráter absolutamente engajado do pesquisador sujeito como homem gay no mundo contemporâneo, compartilhando suas ideias sobre a própria subjetividade gay na produção do conhecimento. Assim a produção de sentido sobre o tema aqui exposta é antes de tudo fruto de um processo de interação de duas subjetividades e toda a informação obtida por meio do processo de pesquisa “está integrada de forma inseparável a sentido subjetivo da produção teórica do pesquisador” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 75).

É o que González Rey (2005b) chama de recuperação do pesquisador como sujeito. Nesse processo, o pesquisador “não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores, enfim de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 36).

Um dos sujeitos da pesquisa afirma, sobre a constituição subjetiva de sua homossexualidade:

*Eu até acho que eu sou igual a um monte de gente, só porque assim, a diferença é que na verdade muita gente não fala, (...) então, na verdade, eu sou uma pessoa igual a um monte de outras, só que a diferença é que eu falo, eu falo que sou soropositivos, eu falo que eu tenho uma relação gay, eu falo que tenho uma relação sorodiscordante, eu falo que vou me casar, a única diferença é essa (J.N. 32 anos).*

Parafraseando as palavras desse sujeito, o sujeito pesquisador reitera:

*Eu até acho que eu sou igual a um monte de pesquisador, só porque assim, a diferença é que na verdade muita gente não fala, (...) então, na verdade, eu sou um pesquisador igual a um monte de outros, só que a diferença é que eu falo, eu falo que estou implicado pessoalmente na pesquisa, eu falo que a construção dessa subjetividade também é a construção de minha subjetividade, a única diferença é essa (pesquisador-auxiliar N.B.C.).*

O caráter complexo e de difícil observação desse objeto de pesquisa levou-nos à utilização da epistemologia qualitativa como forma de construção de um modelo epistemológico capaz de aproximar-se dessa complexidade de forma compreensiva e capaz de gerar conhecimento a cerca do objeto (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Além disso, o caráter construtivo desse conhecimento leva em conta a possibilidade de especulação teórica a partir dos aspectos empíricos encontradas na realidade do uso da PEP por sujeitos gays. Para González Rey (2005b), a especulação é uma operação de pensamento que:

*...é parte inseparável da construção teórica, e a partir dela retornarmos ao momento empírico e passamos a desenvolver sensibilidade para novos elementos nesse nível, os quais só somente poderão adquirir inteligibilidade graças a uma representação teórica que nos permite visibilizá-los.* (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 8).

Dessa forma, parte-se da produção subjetiva do sujeito de pesquisa, em suas mais variadas formas, como elemento primordial e privilegiado de construção de conhecimento. Nessa proposta epistemológica, o processo dialógico construído entre pesquisador e sujeito implica ambos nos processos de construção, resgatando o sujeito da pesquisa da condição de mero objeto de pesquisa. Assim, o importante é não só o que o sujeito fala, mas também o sentido dessa fala e o envolvimento do sujeito. (GONZÁLEZ REY, 2005a e 2005 b).

Para o mesmo autor, a epistemologia qualitativa é uma nova forma de produção de conhecimento que tem como desafio:

*...o estudo da subjetividade a partir de uma perspectiva dialética complexa e histórico-cultural voltada para a superação das dicotomias tradicionais que proliferam na história do pensamento psicológico: social x individual, consciente x inconsciente, cognitivo x afetivo, intrapsíquico x interativo* (GONZÁLEZ REY, 2005a, p. xii).

Assim, legitima-se o que há de singular e individual no sujeito como instâncias de produção do conhecimento científico, já que, a singularidade:

*...é a única via que estimula os processos de construção teórica portadores de um valor de generalização perante o estudo da subjetividade. A dimensão de sentido dos processos psíquicos requer chegar ao geral a partir da compreensão de processos e de formas de organização que apresentem características singulares de expressão. É o estudo da singularidade que nos permite acompanhar um modelo de valor heurístico para chegar a conclusões que estão além do singular e que são inexequíveis sem o estudo das diferenças que os caracterizam* (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 113).

## 2.1 INSTRUMENTOS

Para esta pesquisa foram utilizados basicamente dois instrumentos: a dinâmica conversacional e o instrumento de completamento de frases, recursos utilizados pela Epistemologia Qualitativa, proposta por González Rey (2005a, 2005c). São

instrumentos abertos que facilitam a abertura dos sujeitos as indagações do pesquisador, dando espaço à expressão da subjetividade dos mesmos em toda a sua complexidade.

Entendemos por instrumentos as ferramentas utilizadas para estimular a expressão do sujeito no contexto da relação de pesquisa, “são simplesmente indutores de informação, que não definem o sentido final delas” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 79). O objetivo é construir uma convivência intensiva no trabalho de campo, em que os instrumentos sejam facilitadores da expressão mais completa do sujeito, complementar às estratégias interativas planejadas para a pesquisa. Dessa forma, não estão isolados de todo o processo de construção da pesquisa, nem se constituem em um fim em si mesmo (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Optou-se pela utilização de dois instrumentos, um oral (dinâmica conversacional) e um escrito (completamento de frases) de forma a integrar diferentes meios de expressão em que cada instrumento atue de forma descentralizadora do outro, envolvendo o sujeito “em uma reflexão crítica sobre sua própria experiência. Ambas as formas de expressão se desenvolvem como um *continuum* nos diferentes diálogos que coexistem como expressão da trama social constituída no processo de pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 91).

Esses instrumentos fazem parte do que Fernando González Rey (2005b) classifica como epistemologia da construção, em oposição à epistemologia da resposta da pesquisa tradicional. Nessa abordagem epistemológica, os instrumentos não são apenas recurso para estudo das respostas dos sujeitos, mas

*...vias que induzam a construção do sujeito muito além do indutor específico usado, o que supõe o diálogo (...) Portanto, o sujeito faz mais do que responder ante um instrumento, ele se expressa por meio dele, elabora e constrói sua experiência e a expressa de forma diferenciada mediante o do indutor (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 82).*

A dinâmica conversacional possibilitou um diálogo no qual foram propostas temáticas amplas ao participante da pesquisa, de forma a propiciar condições ao sujeito de relatar livremente sobre temas de seu interesse. A dinâmica conversacional tem como objetivo conduzir e estimular o sujeito a compartilhar expressões significativas sobre sua experiência pessoal. O instrumento possibilita abrir, junto ao sujeito, um espaço de conversação sobre o tema da pesquisa. Durante a conversa o sujeito pode expressar emoções e reflexões sobre o tema da pesquisa, de forma a possibilitar o surgimento de novos processos simbólicos que permitem a interpretação da produção de sentidos subjetivos do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005b). Como forma de comunicação aberta,

a dinâmica conversacional não prevê roteiro pré-definido de entrevista, pois a intenção é justamente criar um espaço livre para expressão da pessoa. Ressalte-se, no entanto, que haverá explicação prévia sobre o tema e objetivo da pesquisa.

A dinâmica conversacional possibilita ainda uma maior amplitude no desenvolvimento do pensamento e de forma mais espontânea. Tendo como ponto de partida essa interatividade entre pesquisador e entrevistado, pode-se obter, segundo González Rey (2005b), uma maior inteligibilidade do objeto estudado por meio da legitimação da singularidade de cada entrevistado, obtida a partir da qualidade do vínculo estabelecido entre pesquisador e pesquisado.

Além disso, estabelece-se entre pesquisador e sujeito uma co-responsabilidade, pois ambos são sujeitos no processo, deslocando o pesquisador de um papel centralizador de um mero entrevistador para uma dinâmica em que ambos estão implicados no tecido de informação construído a partir da dinâmica conversacional (GONZÁLEZ REY, 2005c)

O completamento de frases é um instrumento que possibilita tanto a obtenção de informações diretas, referentes à intencionalidade no sujeito como indiretas, que se referem mais a como o sujeito constrói o que está expressando e as diferentes relações entre essas expressões do instrumento (GONZÁLEZ REY, 2005c). Trata-se de um instrumento escrito que apresenta ao sujeito uma série de indutores curtos que serão preenchidos pelo sujeito.

Esses tanto podem ter um caráter geral, como referir-se a aspectos específicos e experiências pessoais do sujeito. Isso propicia a expressão pelo sujeito “de sentidos subjetivos diferenciados em áreas e aspectos muito distintos da vida das pessoas; isso se constitui um dos pontos fortes de sua utilidade na pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005). Outro aspecto importante do completamento de frases é que as frases não tem valor pelo conteúdo explícito que expressam, mas sim pelos sentidos subjetivos que trazem, muitas vezes diferentes do conteúdo que apresentam explicitamente.

*O completamento de frases é uma rica fonte de indicadores e seu valor como instrumento está na possibilidade de elaborar um sistema de hipóteses (...) com o curso da produção de informação; algumas dessas hipóteses serão abertas somente a partir de uma frase ou de uma relação única de frases (GONZÁLEZ REY, 2005).*

### 3. PERCURSO

Inicialmente, a pesquisa foi desenhada para estudo das condições do uso da Profilaxia Pós-Exposição Sexual (PEP sexual) como forma de prevenção, prática que vem acontecendo em alguns serviços de saúde com a exposição repetitiva ao sexo desprotegido, em especial por parte de homens homossexuais.

O pesquisador entrou em contato com o tema ao fazer uma matéria jornalística sobre o assunto no Centro de Referência e Treinamento em DST e Aids - SP (CRT-DST/AIDS), um complexo ambulatorial e hospitalar do Programa Estadual para Prevenção, Controle, Diagnóstico e Tratamento de DST e aids no Estado de São Paulo.

Durante as conversações no CRT sobre o tema da PEP de forma geral, os profissionais de saúde apontaram o crescimento da ocorrência de casos repetitivos de uso da profilaxia por homens gays, algumas vezes mais de três vezes no mesmo mês. Diante do fato, os profissionais mostraram-se preocupados e pensavam em fazer um grupo de apoio psicológico a essas pessoas.

Havia relatos informais de indivíduos gays do sexo masculino procurado o serviço de saúde do CRT-SP repetidas vezes, para fazer uso da PEP sexual, provocando a desconfiança junto aos profissionais do uso da PEP como forma de prevenção à transmissão do HIV em situações de risco e de não uso do preservativo. Segundo relato de uma das profissionais, havia a suspeita de que um dos indivíduos estava retirando o remédio que fazem parte da profilaxia, de forma a vender os mesmos na cena gay como forma de “pílulas do dia seguinte” para aqueles que não queriam fazer uso de camisinhas em suas práticas sexuais.

A partir daí, surgiu a ideia de fazer a pesquisa de monografia nesse tema. O pesquisador iniciou então as primeiras conversas com os profissionais do CRT para fazer a pesquisa dentro o próprio centro. Apesar da recepção positiva inicial dos profissionais envolvidos e até mesmo da diretoria do centro, o pesquisador não obteve aprovação da proposta de pesquisa pelo comitê de ética da instituição, que alegou que as pesquisas dentro do CRT só eram feitas em nível de mestrado e doutorado e com a co-participação de pesquisadores da própria instituição.

Ainda assim, o pesquisador procurou desenvolver a pesquisa junto aos serviços de saúde de Brasília, dentro das mesmas condições, o que não foi possível dado o desconhecimento do procedimento da PEP, tanto por usuários, como por profissionais



de saúde. O motivo da escolha inicial do CRT/SP deve-se a ser uma das unidades de saúde do país onde a utilização da profilaxia pós-exposição sexual se encontra mais amplamente utilizada, com número relevante de pacientes e experiência de manejo da estratégia.

Dessa forma não foi possível desenvolver a pesquisa nos moldes originalmente propostos, ou seja, com homens adultos de orientação homossexual, que fizessem uso repetitivo da estratégia de profilaxia pós-exposição dentro do CRT/SP.

Assim, foi necessário um desvio do percurso inicial previsto na pesquisa, dada a dificuldade de encontrar sujeitos de pesquisa que se apresentassem como usuários de tais práticas nas condições relatadas, o pouco tempo de uso da PEP nos serviços de saúde na cidade de Brasília, e ao próprio desconhecimento do procedimento tanto entre o público gay como entre os próprios profissionais de saúde.

No novo desenho da pesquisa, foi abandonada a questão do uso repetitivo da PEP, concentrando-se apenas no uso. Dessa forma, a pesquisa foi redesenhada para ser realizada junto a homens adultos de orientação homossexual, acima de 18 anos, de qualquer classe social, que em algum momento utilizaram a estratégia de profilaxia pós-exposição e se predispussem a participar da pesquisa.

Para a busca dos sujeitos, foi realizado um anúncio público por meio de e-mail em redes sociais. Dessa forma, foram contatados profissionais de serviços de saúde que disponibilizam a PEP sexual, gestores da coordenação de DST, Aids e Hepatites Virais do Distrito Federal, militantes do movimento homossexual e redes de contatos pessoais do pesquisador auxiliar que foram solicitados a replicarem o e-mail convite para a pesquisa junto a suas redes de contatos.

No entanto, apesar da antecedência com que foram feitos esses contatos, nenhum sujeito entrou em contato com o pesquisador auxiliar. Diante da dificuldade de conseguir sujeitos dispostos a participarem da pesquisa, o pesquisador-auxiliar precisou recorrer a sua rede de contatos pessoal. Mesmo assim, sentiu dificuldade de encontrar sujeitos que se enquadrassem no perfil proposto da pesquisa.

Como na metodologia utilizada, de caráter qualitativo, não há exigência de número predefinido de participantes, pois o que importa é a qualidade da informação e a participação ativa dos sujeitos pesquisados; e diante da dificuldade de conseguir os três sujeitos previstos no projeto inicial, o projeto teve de ser redesenhado.

A diminuição no número de sujeitos pesquisados, no entanto, não significou perda para a pesquisa, pois a unidade do sujeito pesquisado é ressaltada em sua

singularidade qualitativa, que passa a ser o objeto do estudo da pesquisa, em vez de apenas “associar o indivíduo à condição unitária de quantidade” (GONZÁLEZ REY, 2005c, p. 157).

É importante ressaltar que a validade do conhecimento que será produzido não está na quantidade de sujeitos investigados, pois, como argumenta González Rey (2005a) mesmo com um único sujeito, há possibilidade de produção de informações cientificamente válidas e relevantes, pois essas não dependem do número de sujeitos.

Assim, “o pesquisador está menos preocupado com acúmulo de dados e mais envolvido com a produção de ideias e explicações a partir dos indicadores construídos no curso da pesquisa” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 79).

No final do mês de março, quando o projeto de pesquisa ainda estava no processo de aprovação no Comitê de Ética, o pesquisador-auxiliar entrou em contato, em seu ambiente de trabalho, com Pedro (nome fictício), 30 anos, que afirmou que seu companheiro Antônio (nome fictício) 29 anos, fez uso da PEP sexual quando de um acidente durante relação sexual entre os dois e prontificou-se a perguntar ao companheiro se ele se dispunha a participar da pesquisa.

Com a anuência de Antônio, a concordância de Pedro e aprovação final do projeto pelo Comitê de Ética em maio de 2013, e dado a dificuldade de encontrar outros sujeitos dispostos a participarem da pesquisa, o pesquisador auxiliar optou por uma correção de percurso no rumo da pesquisa que mudou seu objeto de estudo do mero uso da PEP sexual por sujeitos gays e suas implicações na subjetividade gay desses sujeitos, para a especificidade do uso da PEP Sexual por um casal homoafetivo sorodiscordante, ou seja, um casal homossexual em que os parceiros apresentam sorologia distintas para o HIV, sendo um positivo e outro negativo.

Com a tendência da melhoria da assistência e da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e aids e a conseqüente maior expectativa de vida, o fenômeno da sorodiscordância tem se tornado mais comum e despertado na saúde pública uma série de desafios, como a ampliação do arsenal de propostas preventivas que atendam à nova situação dos casais sorodiscordantes, o próprio uso da PEP sexual e a garantia integral dos direitos reprodutivos dessa população (MAKSUD, 2012).

Esse último tema é um dos mais frequentes nos estudos referentes às ciências sociais e saúde pública no âmbito da sorodiscordância. O Ministério da Saúde inclusive tem um suplemento às recomendações para terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV, dedicado ao tratamento e prevenção, em que questões referentes às

estratégias de redução de risco de transmissão sexual do HIV no planejamento da reprodução para pessoas que vivem e convivem com HIV. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o sujeito da pesquisa que efetivamente fez uso da PEP sexual foi apenas um – Antônio, companheiro soronegativo de Pedro – o que não inviabiliza a legitimidade da produção do conhecimento da pesquisa, pois a pesquisa se organizou em torno desse estudo de caso, tradicional forma de produção teórica em psicologia, que não é legitimado pela quantidade, mas pela qualidade da expressão desse sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005c).

Após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, foram marcadas dinâmicas individuais com os sujeitos para esclarecimento dos termos gerais da realização da pesquisa, inclusive da dependência da autorização das pessoas participantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e da participação voluntária, sem obtenção de ganhos financeiros. Também foi explicado que o pesquisador tem como compromisso tornar público os resultados da pesquisa de campo na forma da presente monografia de conclusão de curso de graduação em Psicologia, mantendo a identidade dos participantes em sigilo.

Na entrevista inicial, foi explicado que após o encerramento da pesquisa, as informações disponibilizadas serão guardadas sob a responsabilidade do pesquisador-auxiliar, mantendo o devido cuidado em relação ao sigilo da identidade das pessoas. Foram utilizadas apenas informações necessárias para análise dos temas relevantes para concretização dos objetivos da pesquisa.

Também foi explicado aos sujeitos participantes nessa entrevista inicial a condução da pesquisa, com a realização de observações e conversação com os participantes de maneira não invasiva. Neste momento inicial, o pesquisador-auxiliar teve especial atenção às estratégias de aproximação de forma a minimizar o eventual incômodo que a pesquisa pudesse acarretar ao participante. Dessa forma, os participantes não foram obrigados a falar o que não queriam, além de serem respeitados seus relatos e silêncio. Além disso, foi esclarecido que a temática das conversações versaria fundamentalmente sobre as histórias de vida dos sujeitos com foco em sua experiência de uso da profilaxia pós-exposição sexual (PEP sexual).

#### 4. CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

As expressões subjetivas dos dois sujeitos gays que aqui analisamos apresentam um discurso muitas vezes contraditório a respeito de suas percepções do que seja ser gay na sociedade contemporânea brasileira. Há uma tensão entre o ser diferente e estar inserido na sociedade como homens e as particularidades da experiência gay.

No complementamento de frase, por exemplo, Pedro afirma: *“Para mim, ser gay...é ser diferente, mas ter as mesmas vontades”*. A diferença é que define, mas em condições que se apresentam da mesma forma.

Por outro lado, em outro momento, durante a dinâmica conversacional, ao referir-se ao vídeo que postou nas redes sociais em que pede o companheiro em casamento – momento importante da vida dos dois e que marcou uma mudança de trajetória inclusive de militância no movimento gay para Pedro – ele diz: *“Eu coloquei no vídeo que essa não é uma história sobre homossexualidade, essa é uma história de amor, o fato de sermos ambos homens é um mero detalhe”*.

A diferença – uma história sobre homossexualidade – é primeiramente negada: *“não é uma história sobre homossexualidade...”*, para em seguida definir a história a partir do que seria um mero detalhe: o fato de serem dois homens.

A questão da militância está muito presente no discurso de Pedro, no completamento de frases, ao dizer que ser gay na sociedade, *“é enfrentar problemas todos os dias para ser respeitado como um cidadão”*.

Já para Antônio, que não participa diretamente da militância gay, a definição de si mesmo com gay é muito mais direta: *“É como sou...simplesmente nasci assim”*. A expressão social do ser gay está sempre marcada pelas questões referidas anteriormente da injúria, da homofobia e da busca de direitos e de um lugar de direitos: *“uma busca incessante por direitos iguais, é afirmação num mundo cheio de preconceitos”*.

Pedro, quando fala do vídeo referido acima ainda completa:

*“porque eu não queria assumir para mim a militância de grupo gay, não era o que eu queria para mim, para mim, o HIV e aids já era suficiente, acabou que isso tomou um proporção maior do que a gente esperava, a gente*

*acabou virando referência e acabou caindo no colo da gente o lance da causa gay”.*

Assim a discriminação, que parece não ter afetado nenhum dos dois de forma direta é referida de forma muito semelhante, como elemento constitutivo importante da subjetividade:

Pedro: *“A discriminação me afeta...muito fortemente, apesar de indiretamente. Nunca sofri discriminação, mas me chateio com o que acontece com os outros ou pode me acontecer”.*

Antônio: *“A discriminação me afeta...da pior forma, abala o emocional”.*

A dinâmica da exclusão/inclusão também está presente quando da definição do ser heterossexual. Pedro, que na complementação de frase sempre escreve longamente, com detalhes e explicações, laconicamente, diz: “É bom para quem é hetero”, como se tratasse de um clube, uma associação da qual os “outros” participam, que ainda é referida dentro de uma dinâmica do binarismo bom/ruim.

Já Antônio, aponta a heterossexualidade como uma condição imposta pela sociedade: *“condição imposta pela sociedade. Se você é hetero, você é aceito, se não, aguenta as consequências”.* Trata-se mais de uma questão de inserção ou não em determinadas normas, aceitando-as ou não.

Ainda dentro do que caracteriza a subjetividade gay, o sexo aparece como elemento primordial e definidor: *“Então sexo para mim é uma das características mais marcantes, quando eu falo assim, em gay, eu penso em sexo”.* Um sexo *“muito a florado”*, diz Pedro em outro trecho. *“Eu acho que as pessoas ainda associam gays a sexo”.* *“Eu acho que eles tão certos, não estão errados não, acho que gay tá ligado a sexo...”.* Em seguida, Pedro pondera: *“Apesar de eu não ser uma pessoa tão sexual assim, eu, o Antônio, a gente tem outras características”.*

Dessa forma, ao mesmo tempo, que Pedro explica o lugar do sexo, nas relações homossexuais, ele diz que essa forma de comportamento, em que o sexo é natural entre dois indivíduos que se atraem sexualmente, independente das regras sociais que definem onde e como devem ser as relações sexuais, ele também questiona essa posição. Existe sempre uma noção consensual e definida do que seja uma subjetividade gay, que, por

outro lado é questionada pelos próprios sujeitos, que muitas vezes não se encaixam nas descrições dadas.

Em outro momento da conversação, Pedro, responde à interpelação: “*O que define ser gay é o sexo?*”, ele contesta: “*Não, gay é sentimento, eu acho assim, na verdade, o sexo masculino, o que me atrai num homem é a aparência masculina, é quem ele é, o sexo, o peru dele não faz diferença para mim*”.

Nesse momento, Pedro conta que em suas pesquisas sobre a homossexualidade viu em um site:

*...uma transexual, um transexual masculino, nasceu menina, é isso né? Nasceu menina, mas não chegou a fazer a operação ainda. Ele tem todos os trejeitos de um homem, só que ainda tem a vagina, e quando eu olhei aquilo, eu falei: “Caraca!”, que cara gato! eu transaria com ele horrores, com ‘perereca’ ou sem ‘perereca’, entendeu? Então, assim, não é o peru que tá fazendo falta ali, e não quer dizer que eu seja ativo, é porque a imagem masculina ali que me atrai, é isso que eu identifico com o que é ser gay e não ser gay, tanto que eu não identifico, por exemplo, homens que fazem sexo com travestis [como] gays, eu, entendeu? eu não identifico.*

Quando Pedro mostra-se surpreso ao sentir-se atraído por um transexual masculino que ainda não havia feito operação de mudança de sexo, estamos exatamente diante de uma experiência sensorial e vivida que não se encaixa na noção de desejo gay conforme o senso comum do que seja uma subjetividade gay.

Ou seja, a experiência pessoal e intrasferível de desejo por um corpo de mulher com características masculinas, mas com uma genitália feminina, faz parte da configuração da subjetividade gay desse sujeito, independente das definições restritas e engessadas do que seja gay. Assim, a complexidade da experiência fenomenológica do desejo homossexual fica clara e cada vez mais longe das categorias estreitas dos binarismos homem/mulher, homem/homem.

Ao ser indagado sobre a possibilidade de ter relações sexuais com esse transexual, que afinal, tem um órgão sexual feminino, portanto na visão estritamente biomédica é uma mulher – Pedro responde: “*Não me faria menos gay, eu continuaria gay, porque quem tá me atraindo é uma imagem masculina, agora se eu transasse com uma travesti feminina, de aparência feminina, talvez eu não conseguisse, porque para mim não é só sexo, para mim tem que ter um contexto*”.

Ser gay é transar com um corpo, mas não só isso, também transar com uma imagem, um contexto. Diante de mais uma provocação, da possibilidade de fazer sexo com uma travesti com órgão sexual masculino, Pedro assim se coloca:

Isso não te satisfaria? – pergunta o pesquisador:

*Não, porque, na verdade, é todo o contexto aí, ela tem peito, não é algo que me atrai, tem cabelo grande, apesar que tem homem que tem cabelo grande, mas a travesti tem cabelo grande de mulher, é uma mulher, uma mulher assim, é diferente do transexual, ela tem características femininas, não me atrai características femininas”. “Mesmo com ‘peru’, porque não é o ‘peru’, eu poderia dar pro ‘peru’, mas não é o ‘peru’, que me chama atenção.*

Ao contar o episódio do acidente que levou ao uso da PEP, Pedro descreve a cena de uma relação sexual oral no banheiro, como “*coisa de homem*”: “... *A gente tava fazendo sexo oral, e ele tinha feito a barba há pouco tempo, um dia antes, e barba dele tava começando a crescer, ele não usava barba grande ainda, e aquela coisa, aquela brincadeira nervosa, coisa de homem*”.

Existe aqui uma apropriação do que seja o sexo entre homens, uma coisa mais “violenta”, como ressalta em outro trecho de sua fala, também referindo-se a esse acidente que levou-os à PEP.

Nesse momento a significação do que seja o sexo para os homens não leva em conta a distinção hetero e homo, mas antes ressignifica o sexo dos homens como uma unidade de significação que independe de gênero. Assim os homens fazem sexo, seja com outros homens ou com as mulheres, da mesma forma.

*Homem é tudo igual, o que muda é o foco, enquanto eu foco num homem, eles focam nas mulheres, e do mesmo jeito, por isso, eu uso o exemplo do homem e da mulher, quando as mulheres querem entender como os homens são tão sexuais, porque os homens são tão sexuais, pelo fato que eles não tem nada para esconder e eles não tem nada prendendo a sexualidade, nada prendendo o desejo sexual deles, enquanto tem as mulheres para poder breicar ele, no geral, mas eu acho que homem hetero e homem gay é tudo igual, só muda mesmo o foco, muda o foco do desejo... (Pedro).*

Em relação à questão da visibilidade do gay, coloca-se em evidência a associação definidora da homossexualidade como uma questão de inversão de gênero, o que Sedgwick (2007) chama de tropo da inversão, isto é, “*a alma da mulher aprisionada no corpo do homem*”: “*é a pessoa com trejeito afeminado, mais sensibilidade, mesmo, os homens heteros que são mais sensíveis, eles tem, as pessoas*

*dizem que ele é gay, a gente brinca muito, se você quer um cara muito sensível, você tem que arrumar um gay, para você, porque é uma característica”* (Pedro).

Ou a visão do senso comum dos “meninos mulherzinhas”:

*Eu descobri, na verdade, eu já me sentia diferente desde pequeno, sempre gostei de coisas, de fazer coisas, de fazer coisas manuais que são remetidas mais... se você for olhar, analisar pela sociedade a coisas femininas, trabalhos manuais, costurar, brincar de boneca, eu tinha uma irmã mais nova, brincava muito de boneca com minha irmã, mais nova do que eu a gente brincava muito de boneca, nos dois* (Antônio).

Logo depois, no entanto, o mesmo Pedro reconhece que isso é só um lado da questão: *“mas não é uma característica geral, tanto que meu ex-companheiro era uma pessoa extremamente grosseira, nada sensível, não tinha esse trejeito gay que eu carrego e algumas outras pessoas carregam”*. Persistem assim, apesar de evidências em contrário experimentadas pelos próprios sujeitos, uma visão estereotipada e ambígua da relação entre pessoas homossexuais e desejos pelo mesmo sexo com o gênero.

Essa contradição de gênero e seus papéis aparece nos discursos de forma muito mais complexa e contraditória. Assim, em outro momento, ao falar do modo de ser dos gays, Pedro afirma:

*Porque os gays são mais ativos, eles lutam mesmo, eles brigam, eles botam a cara, eles são mais corajosos, porque tem um monte de coisa que impedem o direito deles de ser exercido, se eles não fizerem isso, eles não vão conseguir as coisas que eles precisam ter, parece que a maioria dos gays que eu conheço são inquietos, por dentro, sejam porque eles querem ter um namorado, seja porque eles querem transar com outro cara, seja porque eles querem ser ativista, ir lá gritar com o deputado, entendeu? Essa inquietude, eu acho que é uma característica gay, homens hetero são mais acomodados, porque eles não tem porque lutar, não tem porque lutar, acho.*

Outro ponto importante na subjetividade gay é a questão do ‘armário’. Como muitos ativistas, Pedro considera o armário, como uma atitude *“super fora da moda, é a maneira mais clara de fortalecer a discriminação. Quando ‘saímos do armário’, mostramos às pessoas que os gays estão mais próximos que se pensa e diminui a exclusão”*.

Como afirma Eribon:

*...o ‘armário’ foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da ‘vergonha’ e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando que ele também pode ser, e ao mesmo*



*tempo, um espaço de liberdade e um meio – o único – de resistir e de não se submeter às injunções normativas (ERIBON, 2008, p. 67).*

Em determinado momento, Pedro chega a reclamar da passividade de muitos gays em relação a um posicionamento mais efetivo diante das posições políticas pela luta de direitos: *“a maioria dos gays fica quieta, apesar de tá com essa inquietude dentro de si, que eles não são muito de se colocar, e que tem muita gente que não saiu do armário ainda”*. Se ainda não saíram é porque algum dia ainda irão sair, e aí estarão “na moda”, dentro do que se espera politicamente de uma postura gay, *“porque antigamente, porque quando o cara se cassava, e tinha filhos e continuava gay e tinha lá seu namorado, seu amante fora do casamento, hoje em dia isso, é mais difícil de acontecer, porque ele não precisa disso”* (Pedro).

Mas quem disse que ele não precisa disso, quem diz que ele quer outra coisa, quem diz que essa não é a forma de subjetivação gay que ele vive? Nessa concepção, estar no armário é estar acomodado:

*Pois é, mas aí é que entra as pessoas acomodadas, as pessoas acomodadas, eu digo assim, as pessoas que não tem essa sede toda, porque por mais acomodados que você seja, as vezes você tem aquela coisa, porque você fala disso abertamente, você se assume gay, você já tá enfrentando a maioria... agora se você vai ficar guardado, se casar, ter um amante fora, isso pode tanto pode ser uma fantasia, como uma fuga, eu simplesmente não quero me meter, eles que são brancos que se entendam* (Pedro).

Eribon, mais uma vez, nos ajuda a esclarecer a questão:

*A obrigação do segredo e da clandestinidade foi também (e é sempre) um lugar – uma estrutura – onde certos homossexuais encontraram – e ainda encontram – uma certa forma de prazer: uma vida escondida, encontros secretos, uma sociabilidade clandestina, as delícias de uma maçonaria* (ERIBON, 2008, p. 67).

Desta forma, talvez exista muito mais gente dentro do armário por não conseguir se ver num lugar fora do armário, numa cena gay com que se identifique, do que necessariamente por não ser homossexual. Dessa forma, existe um movimento de enquadrar a subjetividade gay, que precisa ser moldada e referida em termos conhecidos e adequados, desconsiderando outras formas de subjetivação que leve em conta a singularização da experiência dos sujeitos gays.

O uso da PEP traz, principalmente, a questão do medo e dos riscos de uma relação sexual em uma situação entre pares sorodiscordantes. Assim, a noção do risco e do perigo que a relação sexual traz e as diferentes modulações do medo no relacionamento estão muito presentes, em especial, nos discursos de Pedro:

*O maior medo que eu tenho na minha vida, o maior medo que eu tinha na minha vida, o maior medo que eu tinha quando descobri que era soropositivo, nem era de ser soropositivo, era de ter passado para, era de ter passado para o meu companheiro da época, o meu companheiro de cinco anos já.*

O reforço das frases repetidas e o nem tão inconsciente troca do tempo verbal não nos parecem gratuitas, sendo inclusive reconhecidas pelo próprio sujeito: “eu tenho mais medo de ter infectado ele, eu tinha mais medo de ter infectado ele do que tá infectado de fato, porque a culpa é muito maior e com o Antônio foi do mesmo jeito, eu fiquei muito mal, eu fiquei mal de ver ele ruim, porque os efeitos [da PEP] foram muito ruins, fortes nele” (Pedro).

Em relação à análise de riscos da situação em que houve o acidente, há um protocolo do próprio Ministério da Saúde que deve ser seguido pelo profissional de saúde que faz o atendimento, levando em conta a condição sorológica da pessoa exposta, de seu parceiro sexual, a investigação de quando e como ocorreu a exposição.

O acidente, como Pedro e Antônio se referem ao ocorrido, teria acontecido quando Antônio (soronegativo), numa posição receptiva no sexo oral, percebeu, que o pênis de Pedro (soropositivo) apresentava vermelhidão, suspeitando de sangramento.

Segundo as Recomendações para Terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV – 2008 – suplemento III – Tratamento e Prevenção (Brasil, 2010), o tipo de exposição é que irá estabelecer as diferentes categorias de risco: “*Em relação ao sexo oral receptivo, não existe comprovação definitiva de seu risco, havendo, entretanto plausibilidade biológica de transmissão*”. O sexo oral insertivo não é considerado exposição de risco que defina a necessidade de instituir a PEP. Segundo quadro apresentado no documento, o risco de transmissão/exposição do sexo oral receptivo encontra-se no intervalo de 0 a 0,04% (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, a indicação de quimioprofilaxia deve ser individualizada, considerando a relação entre o risco e o benefício. No caso de Pedro, o fato de pertencer a um segmento populacional considerado de alta prevalência (homossexual) e ter sua sorologia positiva conhecida, e seu parceiro ter sorologia negativa, e apesar das taxas de carga viral (quantidade de HIV

que circula no sangue) estarem baixas e as taxas de contagem dos linfócitos T CD4+ estarem um pouco mais altas (demonstrando a eficácia do sistema imunológico em relação ao vírus), ainda assim o risco, apesar de baixo, deveria ser considerado.

Assim que perceberam o sangue no pênis, Pedro ligou para seu médico:

*Ele perguntou como era minha carga viral e meu CD4, eu falei para ele que a carga estava em 13 mil, no último exame, eu tinha feito um mês antes, e aí ele falou que era baixo o risco, mas que existia, então que ele tinha que fazer a PEP. Então no dia seguinte de manhã, a gente foi lá, isso era sete da noite, no dia seguinte a gente foi lá no departamento, ele retirou os remédios e ele começou o tratamento, mas foi muito ruim, até hoje ele nem gosta de falar disso, ele sempre fica assim, ah eu vou ter de falar disso, não sei o que, e que foi muito ruim, ele teve muito efeitos colaterais, muito fortes assim...*

Apesar de todo o quadro positivo em relação aos baixos riscos de infecção, foi decidido pelo casal, em especial por Antônio, a utilização da profilaxia:

*A médica que nos atendeu, ela disse que como foi uma coisa rápida, um contágio rápido, não dava para gente saber se houve ou não o contágio, mas pela classificação por ser branda, ela indicou que a gente fizesse a profilaxia. Na hora, fiquei meio assustado, mas eu... como vou dizer, encarei, entendeu? se é para o meu bem-estar e se é para o bem-estar de meu parceiro para ele não se preocupar, e tudo o mais, para ele não ter nenhum tipo de dor na consciência, né, porque na época ele ficou se sentindo como uma bomba relógio, bomba biológica, se sentiu mal, achando que podia ter passado o vírus para mim. Ele sempre teve essa preocupação (Antônio).*

*Ele (Antônio) que optou por tomar, eu falei você teria que fazer isso, isso e isso, eu expliquei para ele o que ele tinha que fazer, ele falou: eu topo, eu quero fazer. Ele fez, o médico aconselhou, só que a pessoa só faz se ele quiser, mas a pessoa só faz se quiser, ele só faz se ele quisesse. Ele disse que topo fazer. Eu acho que ele devia sim, sim, apesar do risco baixo existia algum risco, ne? eu não queria passar nada para ele, poxa, eu tenho medo dele adoecer, sim, sim eu acho que ele tinha de ter feito” (Pedro).*

Mais do que as condições efetivas de risco, o que parece realmente definir as ações tomadas é o medo. Referindo-se época em que se descobriu soropositivo, Pedro relata:

*Assim, quando eu peguei, a gente fez os exames, eu fiz o Elisa, deu positivo, a gente correu para o hospital para fazer o Western Blot, aquele mais específico, quando eu descobri com meu companheiro de cinco anos lá, a gente correu para o hospital, o médico fez o pedido do Western Blot, nós dois fizemos, o dele, eu peguei antes do meu, porque eu tava mais curioso de saber se ele tava bem do que o meu, o meu, eu tinha certeza, eles já tinham feito teste, reteste, eu tenho mais medo de ter infectado ele, eu tinha mais medo de ter infectado ele do que estar infectado de fato, porque a culpa é muito maior e com o Antônio foi do mesmo jeito, eu fiquei muito mal, eu fiquei mal de ver ele ruim, porque os efeitos foram muito ruins, fortes nele. Mas eu sabia que ele tinha de tomar aquilo, porque era a maneira que ele*

*tinha, se teve algum problema, se teve alguma infecção de ele cessar a infecção.*

Todo o processo de tomada de medicamentos e do surgimento dos efeitos colaterais potencializam ainda mais o medo e a culpa envolvidas no processo. “No início dos remédios foi bem tranquilo, né? Quando começou a profilaxia, a primeira semana, foi tranquila, não tive nenhum efeito colateral”, relata Antônio, que segundo Pedro evita de falar sobre o assunto, tão desagradável foi todo o processo. Questionado sobre detalhes dos medicamentos, a quantidade, nomes:

*Eu já não me lembro, para ser muito sincero, porque algumas etapas da vida que te foram desagradáveis a gente acaba deletando e eu funciono mais ou menos dessa forma, (...)*

*Algumas coisas eu deletei, nome do remédio eu não lembro mais, como faz quase um ano e meio do acontecido, então algumas coisas eu realmente deletei, não, mas é desagradável porque remete a um... que eu senti aos efeitos colaterais, eu sou um pessoa meio chata em relação a sentir dor, né? Me senti enjoado, incomodado então, o remédio, a partir da segunda semana começou a me deixar um pouco enjoado, a partir da terceira semana, eu já não conseguia comer porque tudo que eu comia e que eu bebia eu vomitava, eu sentia cólicas absurdas no estômago, de câimbras no estômago na região abdominal e passei muito mal, fiquei internado quatro dias com soro para poder tomar o remédio, o que eu tomava... o remédio eu vomitava o remédio, eu não aguentei fazer 30 dias de profilaxia, eu fiz 19, 20 dias. Eu decidi no hospital que eu ia parar com remédio porque naquela situação de passar mal realmente me incomodando, quando eu usava... porque quando eu estava no hospital tomando soro, o remédio... vinha, tomava o remédio e era tranquilo, não sentia absolutamente nada, não senti enjojo, não vomitava, conseguia me alimentar, a partir do momento que eu saí do hospital e continuei com os remédios, aquele mal-estar voltou novamente, de enjojo e vômitos e aí eu falei: não, eu vou parar, não vou tomar mais. Graças a Deus, eu fiz os exames depois do episódio, de três meses e deu tudo certo, hoje estou limpo. Diz Antônio, rindo.*

Ao ser questionado sobre o efeito de todo esse processo na relação do casal, Antônio demora a responder: “Ele ficou mais preocupado, né. Ele sentiu mais que tinha de cuidar mais de mim, mas na relação em si, não atrapalhou mais”.

Em relação aos cuidados com o sexo:

*O cuidado sempre foi o mesmo, continuou sendo o mesmo, não, não mudou, a gente deu uma vacilada no início, mas hoje em dia a gente se previne mais. Antes da profilaxia, depois disso, a gente começou a ir mais devagar na intensidade (...) Sim, é um fato, quando a situação acontece a tendência é ficar mais observador, mais tranquilo, mais calmo, a gente era muito afobado em relação ao sexo, tudo era muito intenso, hoje a gente controla mais a intensidade, mais para evitar os risco.*

Antônio lembra que esse cuidado existia desde que conheceu Pedro, “quando a gente começou a se conhecer melhor e pensar em sair e estar juntos, a gente conversou a respeito disso tudo e ele me explicou como seriam os procedimentos até em nível sexual e de contato mesmo, com ele”. Ou seja, o manejo dos riscos e o medo daí decorrente fazem parte das condições emocionais da relação. Ao falar sobre as condições atuais desse medo, Pedro confessa: “*Dá muito, ainda muito... ainda tem, você acredita? E mesmo sabendo, eu acho que eu me importo mais do que o Antônio, eu me preocupo mais com esse risco do que o Antônio*”.

Sobre as consequências disso na vida sexual do casal:

*Uai... a gente faz do mesmo jeito, eu fico mais tenso, fico com cuidado, eu fico o tempo todo tomando cuidados, eu não faço tudo do que eu gostaria de fazer, eu gostaria de transar sem camisinha sim, é mais gostoso,(...) só que eu não posso, o lance da camisinha, o ritual da camisinha não é uma coisa agradável, uma coisa legal de se fazer, até porque você afasta a pessoa, você tá colocando um plástico na pessoa, e como se você...vamos nos abraçar, mas espera aí, que eu vou botar uma capa de chuva. (Pedro).*

A possibilidade de fazer sexo sem camisinha é levantada na forma de brincadeira:

*O Antônio brinca, às vezes Os meus últimos exames deram a carga viral indetectável, já há cinco meses tomando os remédios, deu carga viral indetectável e o CD4 subiu 250 células. Eu brinquei com meu amigo meu exame tá assim. Brinquei com meu amigo, eu falei para ele: meu exame tá assim. E ele falou assim: agora, você pode até transar sem camisinhas. E aí eu brinquei assim com o Antonio, o tal amigo, meu amigo falou que a gente pode até transar sem camisinha, mas falei brincando assim, ele falou: já pode? Pode mesmo? Eu falei não, nem pensar...*

*Para mim não existe essa possibilidade, eu não cogito essa possibilidade, e assim claro que eu sei que existem maneiras, menos piores, talvez, a gente se pode permitir uma dessas maneiras menos piores entendeu? Agora que eu tô me cuidando que eu tô tratando que o risco tá cada vez menor para ele, a gente pode talvez, pode se permitir alguma coisa que eu não me permitia seis meses atrás, quando eu ainda não usava os remédios, entendeu?” (Pedro).*

Apesar de não ser o objeto de estudo dessa pesquisa, o uso da PEP como medida de prevenção foi objeto de discurso dos sujeitos da pesquisa, mesmo que eles mesmos não tenham feito uso com esse propósito e até para ressaltar o fato de que se trata de uma medida que não deve ser usada como prática de prevenção corriqueira.

Observa-se assim, que esse discurso de negação do uso profilático é muito comum na fala de Pedro, demonstrando um teor militante muito forte em suas falas.

Logo no completamento de frases, ele já define PEP como “uma proteção para acidentes que não deve ser usada para, simplesmente, poder ter um sexo mais gostoso sem camisinha”. Durante a dinâmica, Pedro posicionou-se de forma mais detalhada:

*Para mim, a PEP não é uma coisa para se prevenir, na verdade, a PEP é uma coisa que acontece no acidente, se uma pessoa foi violentada, ela tem de fazer uso da PEP, para pode ver se o agressor tava infectado pelo HIV não passar para ela. Eu não... nem quero, nem penso em usar a PEP como medida de prevenção. Ah, é bom transar sem camisinha, porque é mais gostoso e depois o Antônio vai tomar a PEP. Não é assim, na verdade, é uma medida eficiente que funciona, eu sei que funciona de fato, mas é uma medida que tem que ser muito bem explicada, porque não é para prevenção é para usar no caso de acidente, como me aconteceu. Não que eu saio hoje e transo sem camisinha, isso não é um acidente, isso é uma opção, você fez uma opção de transar sem camisinha, agora, se você tava transando sem camisinha e a camisinha rasgou, aí tudo bem, vamos fazer uso da PEP, porque a gente não sabe ou se sabe...*

Assim, embora não exista literatura sobre o assunto – a única referência ao assunto no protocolo de recomendações do Ministério da Saúde citado anteriormente é que os casos de exposição repetida a relações sexuais desprotegidas devem ser encaminhados para acompanhamento nas Unidades de Referência de Tratamento de Aids – e mesmo os profissionais de saúde desconheçam o procedimento de profilaxia, disponibilizado pelo Ministério da Saúde apenas desde 2010, o uso da PEP como prevenção é um fato real no âmbito da população gay e que requer pesquisa.

Utilizando-se da noção de heterotopia, desenvolvida por Foucault, Eribon (2008) constrói um sentido político ao conceito, considerando-o como a invenção de espaços dentro das metrópoles ou mesmo dentro das consciências individuais que propiciam a fuga dos sistemas estabelecidos para novos espaços tanto físicos como subjetivos de vivências.

Dessa forma, poderíamos considerar como heterotopias (hetero - outro + topia - espaço), todos os espaços privilegiados do convívio gay como saunas, parques públicos de “pegação”, cinemas, motéis, saunas, que proporcionam aos indivíduos espaços não só físicos, mas também, e principalmente, espaços emocionais e subjetivos especialmente reservados para a vivência de sua subjetividade de forma plena, ou mais próximo, na medida do possível de uma maior “verdade”, apartados da “homotopia”, dos espaços iguais que a sociedade disponibiliza aos gays.

Tomando ainda da expressão de Eribon, podemos entender por “gesto heterotópico”, tanto as práticas de *barebacking* (prática relatada pela imprensa desde 1997 que literalmente significa “cavalgar sem sela”, que prega a prática de sexo sem camisinhas com desconhecidos e de preferência com alguém que seja soropositivo de forma a aumentar o prazer sexual), como a utilização da própria PEP sexual como forma de prevenção, ambas com grandes implicações para a saúde pública, pois ao mesmo tempo que podem representar tanto ameaças aos sujeitos protagonistas dessas práticas, também podem ser vistas como ameaças à coletividade. Os desdobramentos dessas práticas na construção da subjetividade gay e seus impactos na saúde pública ainda merecem estudos aprofundados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A homossexualidade é uma oportunidade histórica de reabrir virtualidades relacionais e afetivas, não tanto pelas qualidades intrínsecas do homossexual, mas porque a posição deste, de certo modo 'enviesada', as linhas diagonais que ele pode traçar no tecido social permitem revelar essas virtualidades. É na invenção de um "sistema relacional" como este que se deve buscar a possibilidade de reinventar e de escapar à sujeição pelas normas sociais (FOUCAULT, 1984 apud ERIBON, 2008, p. 374).*

Discorrendo sobre o uso dos prazeres e as técnicas de si, Foucault aponta “que há todo um campo de historicidade complexa e rica na maneira como o indivíduo é chamado a se reconhecer como sujeito moral da conduta sexual” (FOUCAULT, 2012, p.211). A experiência concreta dos sujeitos gays aqui pesquisados demonstra justamente esse potencial automodelador e de singularização pelo qual instaura-se a subjetividade gay no mundo contemporâneo.

O uso de um instrumento de política pública de saúde como a PEP aqui abordada é apenas um pretexto para discutir a complexidade, riqueza e multiplicidade de processos de subjetivação a que os homens gays estão submetidos na sociedade. Subjetivação essa que não só o constitui como sujeito, mas também, e não menos importante, apresenta-se apenas como uma das possibilidades para a organização do que seria uma consciência de si. (FOUCAULT, 2012).

O que experimentamos no desenvolvimento dessa pesquisa foi a vivência de um processo construtivo do conhecimento, em que não há uma descoberta, mas a constituição ativa do “novo”, de novas relações e configurações subjetivas. Diante dessas novas instituições e novas formas de viver que desenvolveu-se aqui uma problematização de um tema – a subjetividade gay. Além disso, pode-se constatar que existe um caráter gerador no conceito de subjetividade “que não fica sujeito a nenhum dos fatores que lhe deram origem. A subjetividade se converte em um sistema ‘autogerativo’, capaz de uma produção que pode modificar a constituição qualitativa dos diferentes cenários dentro dos quais se constituiu” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 107). E o cenário da experiência homossexual, como aqui demonstrado, é especialmente rica para a constituição desse caráter qualitativo gerativo.



Mais do que conclusões prontas, a pesquisa aqui apresentada abre mais caminhos do que oferece respostas. E muitos dos atalhos aqui apontados apresentam aspectos provisórios e incompletos. São necessárias outras reflexões e outros desdobramentos de pesquisa para dar conta da abrangência não apenas do tema mais amplo da homossexualidade em toda a sua complexidade, como dos processos de subjetivação que a vivência homossexual traz. Como lembra Eribon (2008), a homossexualidade é “ampla demais, maciça demais, normativa demais para explicar as experiências múltiplas, heterogêneas...” (p.17) do sujeito que vivencia a prática homoerótica.

A pesquisa também se propõe a ser um alerta ao que González Rey chama de “tendência ao enquadramento, à supressão da singularização” que tem se institucionalizado em certas áreas da psicologia, que resistem à uma produção de conhecimentos que “escapam das delimitações impostas por tendências dominantes do pensamento psicológico” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 115).

Esta monografia buscou realizar construções interpretativas das expressões obtidas durante uma pesquisa. Para González Rey (2005), essa posição epistemológica legitima a capacidade de produzir novas construções de conhecimento, enfatizando a condição do pesquisador como sujeito e a importância de suas ideias para a produção do conhecimento. Dessa forma, muito do valor científico dessa pesquisa está nos encontros da subjetividade do pesquisador com o campo de pesquisa.

Foram enfatizados, dessa forma, a história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento da singularidade do sujeito, ressaltando o aspecto interativo desse processo, a partir da interação com espaços de inteligibilidade produzidos na investigação, produz-se um novo sentido a partir de novas experiências subjetivas (GONZÁLEZ REY, 2005a, 2005b).

Dessa forma, por um lado existe um movimento de enquadrar a subjetividade gay, que precisa ser moldada e referida em termos conhecidos e adequados, uma normatividade gay, desconsiderando outras formas de subjetivação que leve em conta a singularização da experiência dos sujeitos gays. Por outro lado, experiência pessoal e subjetiva dos sujeitos apresenta uma riqueza de contradições e tensão que vão de encontro a essa noção consensual e definida do que seja uma subjetividade gay.

Assim, as falas dos sujeitos estão atravessadas de contradições a respeito da percepção do que seja ser gay no mundo contemporâneo. Há uma tensão entre o ser diferente e estar inserido na sociedade como homens, na dinâmica da exclusão/inclusão, do binômio Hetero/Homo, na contradição de gênero e seus papéis. Tudo isso aparece de forma complexa e contraditória nas falas dos sujeitos. No caso específico do casal aqui apresentado, mais do que as condições efetivas de risco, o que parece realmente definir as ações tomadas é o medo. E todo o processo de tomada de medicamentos e do surgimento dos efeitos colaterais potencializam ainda mais o medo e a culpa envolvidas no processo.

Esta monografia é uma tentativa de contribuir justamente para entender as implicações da experiência específica e pontual do uso da profilaxia pós-exposição sexual por parte de sujeitos homossexuais na construção da subjetividade desses sujeitos.

O aprofundamento e ampliação das hipóteses aqui levantadas na área da subjetividade gay podem propiciar um panorama mais amplo das práticas e atitudes dessa comunidade, dando maiores subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas de combate à epidemia de aids.

O objetivo foi contribuir para o conhecimento das implicações psicológicas dessa prática profilática dentro dos serviços de saúde do SUS, já que se trata de um estratégia ainda recente dentro da política nacional de prevenção ao HIV e aids e que pode subsidiar de forma consequente o combate ao alastramento da epidemia nesse público específico. Os temas aqui levantados podem servir como subsídio para a adoção de estratégias alternativas de garantias dos direitos sexuais dessas populações de maior vulnerabilidade ao HIV.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, Márcia e PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. *Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler*. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007: 129-147.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

\_\_\_\_\_. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Liberdade ou capitalismo: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BORILLO, D. A Homofobia. In: DINIZ, D, LIONÇO, T. (org.). (2009). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília, DF: Letras Livres: EdUnB.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico Aids e DST. Ano VIII nº 01*. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. *Pesquisa entre Conscritos do exército Brasileiro. Retratos do Comportamento de Risco do Jovem brasileiro à infecção pelo HIV. 1996-2002*. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. *Pesquisa de Conhecimento, Atitudes e Práticas na população Brasileira, 2008*. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico Aids e DST. Ano VIII nº 01*. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Departamento nacional de DST, Aids e Hepatites Virais. *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays e Travestis*. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Recomendações para terapia antirretroviral em adultos e adolescentes infectados pelo HIV – 2008, Suplemento III*. Brasília, 2008.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V – Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *Da amizade como modo de vida*. Tradução de wanderson flor do nascimento. Disponível no espaço michel Foucault - [www.filoesco.unb.br/foucault](http://www.filoesco.unb.br/foucault). Acesso em 10.06.13.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005c.

\_\_\_\_\_. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

\_\_\_\_\_. *O sujeito na psicologia e a psicologia no social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUIVANT, Julia S. *A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia*. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001.

MAKSUD, Ivia. *Silêncios e segredos: aspectos (não falados) da conjugalidade face à sorodiscordância para o HIV/Aids*. Cadernos de Saúde pública, Rio de Janeiro, 28(6):1196-1204, jun, 2012.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007: 19-54

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas, SP; editora da Unicamp, 2010.

VENTURINI, Gustavo. *Pesquisa – Intolerância à diversidade sexual*, 2008. Disponível em: <http://corsa.wikidot.com/gustavoventuri>. Acesso em 21 mai. 2013.

WESTPHAL, Vera Herweg. *A individuação em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea*. Emancipação, Pontas Grossa, 10(2):419-433, 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em 29 mai. 2013.